



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE

RESOLUÇÃO CONSUP/IFSUL Nº 556, de 16 de dezembro de 2024

Projeto Pedagógico do Curso de Graduação **lato sensu** Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica – DocentEPT.

O Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, e conforme deliberação do Conselho Superior na reunião ordinária, realizada no dia 16 de dezembro de 2024, resolve:

Art. 1º Aprovar, conforme o anexo, a atualização do Projeto Pedagógico do Curso de Graduação **lato sensu** Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica – DocentEPT.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Flavio Luis Barbosa Nunes

Presidente do CONSUP

Documentos Anexados:

- **Anexo #1.** PPC (anexado em 16/12/2024 17:32:27)

Documento assinado eletronicamente por:

- **Flavio Luis Barbosa Nunes, REITOR(A)** - CD0001 - IFSRIOGRAN, em 16/12/2024 19:03:44.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 16/12/2024. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifsul.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 321111

Código de Autenticação: 11821edde9



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Diretoria de Políticas de Regulação para a Educação Profissional e Tecnológica
Coordenação Geral de Planejamento e Avaliação da Educação Profissional e
Tecnológica - Capes
Universidade Aberta do Brasil - UAB
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense - Câmpus Passo
Fundo

Curso de Pós-Graduação (Lato Sensu) Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica – DocentEPT

- Projeto Pedagógico de Curso
Pró-Reitoria de Ensino
Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação

(Oferta Capes/UAB e Setec/MEC)
Instituto Federal Sul-rio-grandense

Abril de 2024

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO,
CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL RIO-GRANDENSE**

Flavio Luís Barbosa Nunes

Reitor

Rodrigo Nascimento da Silva

Pró-Reitor de Ensino

Vinícius Martins

Pró-Reitor de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação

Leonardo Kontz Betemps

Diretor de Políticas de Ensino e Inclusão

Jander Luis Fernandes Monks

Chefe de Departamento de Educação a Distância e Novas Tecnologias

Ricardo Rios Vilaboas

Coordenador geral do Programa Universidade Aberta do Brasil no IFSul

Josué Toebe

Coordenador do Curso de Pós-graduação DocentEpt

Rodrigo Nascimento da Silva

Vice - Coordenador do Curso de Pós-graduação DocentEpt

Lucas Vanini

Diretor-geral do Campus Passo Fundo

Joao Mario Lopes Brezolin

Chefe do departamento de ensino, pesquisa e extensão

Passo Fundo, abril de 2024.

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro de Estado da Educação

Camilo Sobreira de Santana

Secretária-Executiva

Izolda Cela

Secretário de Educação Profissional e Tecnológica

Marcelo Bregagnoli

Diretora de Políticas e Regulação da Educação Profissional e Tecnológica

Patrícia Barcelos

**Coordenação-Geral de Planejamento e Avaliação da Educação
Profissional e Tecnológica**

Sandra Grutzmacher

**Coordenadora da Política Nacional de Formação de Profissionais para a EPT e do Curso de
Pós-Graduação (*lato sensu*) em Docência na EPT**

Simone Medeiros

Equipe Técnica da CGPA

Flávia Helena Saraiva Xerez

Luciano Barbosa Chagas

Simone Medeiros

Presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)

Denise Pires de Carvalho

Diretora de Educação a Distância

Antonio Carlos Rodrigues de Amorim

Coordenação-Geral de Articulação de Programas e Cursos EaD

Luiz Alberto Rocha de Lira

Coordenação de Articulação de Programas e Cursos EaD

Joana Paula Alves da Silva Noia de Sousa

Coordenação de Programas, Cursos e Monitoramento em EaD

Carlos Estevam Marcolini Rezende

Coordenação-Geral de Apoio Financeiro a Programas e Cursos EaD

Bruno Teles Nunes

Coordenação de Execução e Acompanhamento Financeiro

Rogério de Sousa Oliveira

Coordenação de Concessão e Monitoramento de Bolsas

Cid Luiz Carvalho de Medeiros

**Comissão de Elaboração do Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em
Docência na Educação Profissional e Tecnológica**

Ana Lúcia Sarmiento Henrique

Lucília Regina de Souza Machado

Ronaldo Marcos de Lima Araújo

**Coordenadores/as do Projeto Recursos Educacionais Digitais para Formação Profissional e
Tecnológica na Contemporaneidade do Prosa/Lantec/UFSC**

Marcelo Gules Borges

Elizandro Maurício Brick

Cristiane Dall' Cortivo Lebler

Coordenadora de Educação Profissional e Tecnológica

Lucília Regina de Souza Machado

Colaboradora da Setec/MEC

Simone Medeiros

Colaboradores/as do Prosa/Lantec/UFSC

Cristiane Dall' Cortivo Lebler

Diego França Vieira

Elizandro Maurício Brick

Francisco Fernandes Soares Neto

Jorge Lucas Simões Minella

Laura Alves

Leandro Peres de Oliveira

Marcelo Gules Borges

Valquíria Machado Cardoso Weiss

**Elaboração da Versão de Implementação do Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação
lato sensu em Docência na Educação Profissional e Tecnológica na/no IFSul**

Rodrigo Nascimento

João Mario Lopes Brezolin

Josué Toebe

SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	8
2. CARACTERIZAÇÃO DA PROPOSTA	9
2.1 Apresentação e contextualização institucional	9
2.2. Breve histórico da oferta do Curso	11
2.3. Fundamentos para a construção do Projeto Pedagógico do Curso (PPC)	15
2.3.1. Formação para o trabalho e para a técnica: concepções basilares	15
2.3.2. Dimensão epistemológica da Educação Profissional e Tecnológica	17
2.3.3. Outras dimensões do trabalho.....	19
2.3.4. Dimensão social do trabalho e da técnica.....	21
2.3.5. A formação dos Educadores de Trabalhadores	22
2.3.6. Princípios Educacionais	23
2.4. Justificativa	24
2.4.1 Exigência Legal	27
2.4.2 Desafios para a ampliação da Oferta de EPT	28
2.5. Objetivo Geral.....	30
2.6 Objetivos Específicos.....	30
2.7 Público-alvo	31
2.8 Perfil do Egresso.....	31
2.9 Infraestrutura	32
2.9.1 Infraestrutura digital	33
2.9.2 Polos de apoio presencial	33
2.9.3 Biblioteca	34
3. CORPO DOCENTE E TÉCNICO DO CURSO	34
3.1 Formação de Formadores e equipes locais	35
3.2 Corpo Docente e técnico	36
3.3 Coordenação e Corpo Docente do Curso	36
4. MATRIZ CURRICULAR.....	37
4.1. Componentes Curriculares:	37
4.1.1 Certificação	38



4.2. Ementário	38
4.2.1 Unidades temáticas do núcleo comum	39
4.2.2 Unidades temáticas do núcleo específico	50
4.3. Metodologia	75
4.3.1 Orientações práticas aos docentes	76
4.3.2 Atendimento aos estudantes e orientação	77
4.3.3 Acompanhamento dos docentes	77
4.3.4 Materiais didáticos	77
4.3.5 Acompanhamento e avaliação da aprendizagem	78
4.4 Trabalho Final de Curso	79
4.4.1 Sobre o Plano de Formação e o Relatório de Formação	80
5. AVALIAÇÃO DO CURSO	84
REFERÊNCIAS	84
ANEXO I PLANO DE OFERTA DE VAGAS (2022)	88
ANEXO II - PLANO DE OFERTA DE VAGAS (2024/2)	90

1. Identificação do Curso

Nome do Curso	Curso de Pós-Graduação (Lato Sensu) Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica - DocentEPT				
Código/Área de Conhecimento	7.08.00.00-6 - Educação 7.08.07.07-8 - Ensino Profissionalizante				
UA Responsável					
Carga Horária Total	360h	Duração (Meses)	18 meses	Nº vagas	400
Modalidade	Educação a distância				
Sistema de organização	Modular				
Instituições parceiras	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica -Setec/MEC - e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes.				
Público-Alvo	Graduados, sendo preferencialmente bacharéis e tecnólogos, que atuam ou pretendem atuar na educação profissional, com destaque para o magistério nos cursos técnicos de nível médio das redes públicas de educação profissional e tecnológica. O segundo público-alvo preferencial são professores com a mesma formação que atuação no quinto itinerário do ensino médio das redes públicas estaduais.				
Início da oferta	Agosto de 2024				

O presente documento constitui-se do projeto pedagógico do Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Docência na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), na modalidade de educação a distância, incluído na área de Educação, código 70800006, e na subárea Ensino Profissionalizante, código 70807078, da tabela de áreas de conhecimento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

O Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Docência na Educação Profissional e Tecnológica, em sua nova edição, integra a Política Nacional de Formação de Profissionais para a EPT (Brasil, 2024), em consonância com o [Decreto nº 8.752/2016](#), que instituiu a Política Nacional de Formação de Profissionais da Educação Básica, e em atendimento à meta 15 do [Plano Nacional de Educação 2014-2024](#). Além disso, a oferta do curso responde ao que estabelece a [Resolução CNE/CEB nº 1/2021](#), que assegura aos/às professores/as graduados/as, não licenciados/as, um efetivo exercício na profissão docente, e àqueles/as aprovados/as em concurso público, o direito à formação pedagógica, excepcionalmente, por intermédio de Curso de Pós-Graduação

lato sensu de caráter pedagógico. Os polos atendidos nessa nova proposta estão listados no Anexo II.

2. Caracterização da proposta

2.1 Apresentação e contextualização institucional

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-riograndense (IFSUL) iniciou sua história no princípio do século XX, por meio de ações da diretoria da Biblioteca Pública Pelotense, que sediou, em 07 de Julho de 1917, a assembleia de fundação da Escola de Artes e Ofícios. No ano de 1940, ocorre a extinção dessa escola, devido à construção das instalações da Escola Técnica de Pelotas (ETP), efetivada por Decreto Presidencial no ano de 1942. Em 1959, a ETP passa a ser uma autarquia federal e, em 1965, passa a ser denominada Escola Técnica Federal de Pelotas (ETFPEL).

A transformação da ETFPEL em Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas (CEFET-RS) ocorreu em 1999, possibilitando a oferta de seus primeiros cursos superiores de graduação e pós-graduação, abrindo espaço para projetos de pesquisa e convênios, com foco nos avanços tecnológicos. Em 2005, a cidade de Passo Fundo - cidade polo da região norte do estado do Rio Grande do Sul - foi contemplada com uma Unidade de Ensino do CEFET – RS, numa ação do Ministério da Educação no programa de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, desenvolvido pela SETEC.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-riograndense (IFSul), integrante da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, foi criado a partir do CEFET-RS, mediante Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. O IFSul, cuja sede administrativa está localizada em Pelotas/RS, é formado por quatorze câmpus: Pelotas, Pelotas-Visconde da Graça, Sapucaia do Sul, Charqueadas, Passo Fundo, Bagé, Camaquã, Venâncio Aires, Santana do Livramento, Sapiranga, Lajeado, Gravataí, Novo Hamburgo e Jaguarão. O Instituto Federal, caracterizado pela verticalização do ensino, oferta educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino, assim como articula a educação superior, básica e tecnológica.

Inicialmente, o câmpus Passo Fundo contava com dois cursos de Ensino Técnico na modalidade subsequente, assumindo como responsabilidade a formação de profissionais capacitados nas áreas de Informática (Sistemas de Informação) e de Mecânica Industrial. Posteriormente o nome desses cursos foi alterado para Técnico em Informática e Técnico em Mecânica, respectivamente, na perspectiva de suprir as demandas públicas da comunidade e do setor produtivo regional em consonância com o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.

Em 2009, inicia-se no câmpus Passo Fundo o Curso Superior de Tecnologia em Sistemas para Internet, precursor entre os cursos superiores de tecnologia na região, inserindo efetivamente a possibilidade de formar profissionais altamente capacitados,

em uma instituição de ensino pública e de qualidade, para um mercado de trabalho que se destaca pela oferta de empregos na área de serviços.

No ano de 2010, o câmpus Passo Fundo, além da implantação de um curso de Pós-Graduação Lato Sensu – Especialização em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos, atendendo ao Programa de Formação de Profissionais do Ensino Público para atuar na Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Ensino de Jovens e Adultos (EJA), lança mão de um Curso de Formação Inicial e Continuada em Construção Civil, integrado ao ensino fundamental, na modalidade de EJA. Nesse contexto, é criado, ainda em 2010, o terceiro curso técnico subsequente no câmpus Passo Fundo, o Curso Técnico em Edificações, com o intuito de, aproveitando o conhecimento dos professores da área de construção civil do câmpus, formar um profissional capaz de atuar na administração e gerenciamento de canteiro de obras e fiscalização e execução de edificações, dentro da sua habilitação legal, suprimindo, assim, uma necessidade de profissionais dessa área na região de Passo Fundo.

Em 2012, considerando a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica (Decreto no 7.415 de 30/12/2010), agregam-se aos cursos do câmpus Passo Fundo (Polo Passo Fundo) quatro cursos técnicos na modalidade a distância do Programa Profuncionário. Visando à formação dos funcionários de escolas, em efetivo exercício, em habilitação compatível com a atividade que exerce suas instituições de ensino, foram ofertados os seguintes cursos técnicos: Alimentação Escolar, Infraestrutura Escolar, Multimeios Didáticos e Secretaria Escolar. Também no ano de 2012 foi aprovado pela Pró-reitoria de Extensão e Cultura o projeto de extensão em Formação Continuada de Professores em Informática Educativa no IFSul – Câmpus Passo Fundo. O projeto possuía o objetivo de ofertar um curso de formação continuada em informática educativa para professores da rede pública de ensino do município de Passo Fundo e região, visando à qualificação quanto à utilização dos recursos computacionais na educação. Com isso, buscou-se, a partir das ações de professores e alunos do câmpus, atender à carência de formação e promover atualização profissional para o uso de tecnologias na prática pedagógica, oferecendo o conhecimento das potencialidades dessas ferramentas e a sua apropriação nas atividades docentes.

Em consonância, tanto com as diretrizes federais, quanto com as perspectivas de crescimento no norte do Estado, o câmpus possui objetivos que contemplam a inserção do ensino superior na área de Engenharia, envolvendo suas diferentes especificidades. O desenvolvimento socioeconômico da região de abrangência do câmpus Passo Fundo apresenta um excelente potencial para a oferta de Cursos Superiores de Engenharia, em especial na área da mecânica e da construção civil. Tal proposta está inserida no contexto do Planejamento Estratégico do Município de Passo Fundo, que apresenta um rol de programas, ações e projetos estratégicos a serem empreendidos junto aos setores da indústria, comércio e serviços locais, numa dimensão sistêmica, envolvendo o mercado local e região, perpassando também o mercado nacional e o exterior, como formas de promover o desenvolvimento regional. Dessa forma, o Curso Superior de Engenharia Mecânica e de Engenharia Civil surgem

para atender às expectativas da região na qual se inserem, apontadas como emergentes pela sociedade, o que sinaliza o apoio por parte da comunidade empresarial.

Além das demandas citadas observou-se em necessidade de estabelecer-se curso voltado a formação de docentes que atuam ou pretendem atuar na educação profissional, com destaque para o magistério nos cursos técnicos de nível médio das redes de educação profissional e tecnológica. Nesse sentido, o objeto desta proposta é a oferta do Curso de Pós-graduação (Lato Sensu) Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), para a qual a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, do Ministério da Educação Setec/MEC, por meio da parceria com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes/UAB, no âmbito do Edital no 9/2022, está implementando o presente projeto como um dos objetos, doravante denominado DocentEPT, voltado para a formação de profissionais da educação, com vistas às ofertas de Educação Profissional nas redes públicas e privadas de educação.

2.2. Breve histórico da oferta do Curso

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes, em 01 de março de 2018, publicou a chamada pública para articulação de cursos superiores na modalidade EaD, no âmbito do Programa Universidade Aberta do Brasil – UAB. A Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - Setec/MEC, com o objetivo de atender ao artigo 206 da Constituição Federal, em seus incisos V e VII, aos artigos 61 e 62 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/1996), e as Metas 15, 16, 17 e 18 do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), que tratam das diretrizes para os profissionais da educação básica, buscou parceria com a Capes/UAB para que, em regime de colaboração com a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, pudesse elaborar cursos produzidos sob demanda da Setec/MEC, em áreas estratégicas, com propostas de projetos pedagógicos de cursos (PPCs) unificados e materiais didáticos nacionais, produzidos para compartilhamento junto às instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) que aderissem à oferta dos cursos fomentados nacionalmente.

O Edital Capes nº 05 de 2018 estabeleceu normas para seleção de propostas de instituições públicas de ensino superior, integrantes do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), para oferta de cursos superiores na modalidade de Educação a Distância (EaD), no âmbito do Programa UAB. O objetivo do edital foi selecionar propostas das Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES), integrantes do Programa UAB, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, com vagas prioritárias para cursos na área de Formação de Professores, em atendimento à Política Nacional de Formação de Professores, conforme Decreto nº 8.752, de 9 de maio de 2016. De acordo com as regras do edital, as IPES poderiam ofertar cursos convencionais ou nacionais e, neste caso, assumiriam a irrestrita concordância com os temas do Projeto Pedagógico Nacional e com o material didático produzido,

comprometendo-se a ofertá-los de forma integral, acatando o público-alvo a ser atendido.

Nesse contexto, a Setec/MEC apresentou duas propostas para realização de cursos nacionais, sendo uma delas, a oferta de um curso em nível de especialização (Lato Sensu), voltado para a formação em docência para professores da educação profissional e tecnológica, visando atender à Meta 15 do PNE e a Resolução CNE/CEB nº 06/2012, que asseguram aos professores graduados, não licenciados, em efetivo exercício na profissão docente ou aprovados em concurso público, o direito à formação pedagógica, excepcionalmente, por meio de pós-graduação *lato sensu*, de caráter pedagógico.

Segunda a Nota Técnica nº 102/2018/CGFS/DIR/SETEC/SETEC, a proposta de oferta em âmbito nacional do Curso de Pós-Graduação (Lato Sensu) em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica vinha ao encontro da efetivação de políticas públicas voltadas para a Educação Profissional, já projetadas desde o ano de 2003, visto que tinham como meta atender a crescente demanda surgida a partir da expansão do ensino técnico-profissional no país, bem como contribuir para o fortalecimento de ações voltadas à formação de professores da educação profissional. Para atendimento a essa expansão, várias ações foram realizadas no sentido de contemplar a formação de professores.

Dentre essas ações, destacam-se as ofertas de cursos de licenciaturas para os professores com formação técnica, portadores de título de Bacharel e Tecnólogo. Ainda assim, era preciso proporcionar cursos de pós-graduação (Lato Sensu), em nível de especialização a esses professores, com vistas à expansão de conhecimentos pedagógicos sobre a docência, tornando-os especialistas na área.

Além disso, as exigências por um novo perfil de formação profissional demandavam um currículo que integrasse tecnologia, ciência e formação humana. Em decorrência disso, novas concepções deveriam integrar as propostas de cursos voltadas à formação docente, especialmente as que abordassem o trabalho como princípio educativo central no processo de formação docente, de modo que contribuísse para a compreensão do professor sobre a importância da intervenção humana no mundo físico e social, assim como nas contradições que também sustentam este universo.

Com base nesses pressupostos, o Curso de Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) contribuiria para o desenvolvimento profissional do professor da educação profissional. Ademais, essa proposta deveria desenvolver um processo formativo que considerasse não apenas a exigência legal de formação pedagógica para os professores sem licenciatura, conforme é apontado no Art. 40 da Resolução CNE/CEB nº 1/2021, mas que contribuísse, também, para a atualização acerca das demandas direcionadas para a Educação Profissional na contemporaneidade.

Para tanto, fez-se necessária uma atualização do debate pedagógico envolvendo a produção do conhecimento acerca da EPT, assegurada pela

contextualização, reflexão e práticas pedagógicas sobre a docência nessa modalidade de ensino, no qual estarão presentes, também, ações que fortaleçam o elo entre ensino-pesquisa-extensão, no âmbito da integração entre ciências, tecnologias e cultura, tomando como referências as diversas configurações de cada realidade institucional.

A proposta do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) deveria ser encaminhada à Capes/UAB até 31 de julho de 2018, para que fosse inserida no Sistema Integrado da Capes (Sicapes), o qual é utilizado para a submissão de propostas pelas instituições interessadas pelas ofertas relativas ao Edital Capes nº 05/2018.

A adesão pelas instituições públicas de ensino superior foi realizada na 2ª fase de proposição do referido Edital. As instituições que se propuserem ofertar esses cursos, enquanto demanda nacional, deveriam assumir irrestrita concordância com os temas do Projeto Pedagógico de Curso (PPC), comprometendo-se a ofertá-lo de forma integral, acatando, nos casos informados, o público-alvo a ser atendido. Para tanto, seria necessário solicitar à Capes/UAB um prazo mínimo de dois (02) meses para que as instituições aprovassem os PPCs em seus respectivos Órgãos Colegiados ou Conselhos Superiores.

Conforme o exposto e considerando o curto prazo para a criação do PPC do DocentEPT, bem como a consequente submissão à Capes/UAB, instituiu-se, por meio da Portaria nº 26, de 16/06/2018, Grupo de Trabalho pela Setec/MEC com representantes das Redes de Educação Profissional e Tecnológica que possuíam experiência tanto com a realidade docente na EPT, especialmente no que tange à modalidade a distância, quanto na criação de PPCs, com vistas a facilitar e agilizar a consecução da proposta. Esse Grupo de Trabalho teve como principais objetivos: a) realizar diagnósticos dos projetos de cursos existentes nas instituições; b) elaborar proposta de oferta nacional de Curso, na modalidade a distância, contemplando requisitos do desenho institucional e pedagógico do Curso; e c) conduzir a validação da proposta junto a profissionais da área do Curso.

Nesse contexto, propostas de Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs) foram apresentadas por diferentes instituições tanto à Setec quanto ao Grupo de Trabalho instituído. No entanto, foi a proposta de Projeto Pedagógico de Curso apresentado pelo Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), em parceria com o Instituto Federal do Espírito Santo (IFES), que obteve a validação pelo Grupo de Trabalho e pela Setec/MEC, constituindo-se no Curso de Pós-Graduação o (Lato Sensu) em Docência para a EPT, em nível de especialização, sendo ofertado em nível nacional. Para além do PPC, o IFES assumiu, em parceria com a Setec/MEC, a responsabilidade de desenvolver e elaborar os materiais didáticos-pedagógicos do referido Curso.

Assim, o PPC foi disponibilizado para a Capes/UAB e, no âmbito de uma nova repactuação estabelecida a partir de 2020, 11 (onze) instituições que integram a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e a UAB aderiram à proposta em que a Capes/UAB disponibilizou 4.002 (quatro mil e duas) vagas, sendo matriculados 3.868 cursistas, em 74 polos de apoio presencial, sendo elas: IFG, IFPE, IFNMG, IFPB, IFAP, IFSP, IFRO, IFPI, IFMT, IFAM e IFRR.

O Curso de Pós-Graduação (Lato Sensu) em Docência para a EPT, mais conhecido como DocentEPT, teve, em sua primeira edição, duas ofertas, sendo uma realizada pela Capes/UAB e uma outra pelo Instituto Federal do Espírito Santo (IFES). As duas ofertas utilizaram o mesmo PPC e os mesmos materiais pedagógicos produzidos no âmbito do projeto, embora as duas ofertas apresentem estratégias diferentes de implementação, conforme descrição nos parágrafos que se seguem.

O IFES ofertou o Curso DocentEPT, em âmbito nacional, para 26 estados e o Distrito Federal, por meio de Termo de Execução Descentralizado (TED), com apoio financeiro da Setec/MEC, sendo ele a única instituição certificadora para a oferta em todo o território nacional. Para isso, o IFES definiu uma estrutura organizacional com perfis e equipes específicos, selecionados em todos os estados por meio de editais locais, sob a Coordenação-Geral do projeto dessa instituição.

A oferta do DocentEPT, no âmbito da Capes/UAB, segue a legislação em vigor do Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB) e as instituições participantes da oferta devem integrar a UAB e a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Cada instituição ofertante é certificadora do Curso de Pós-Graduação em Docência para a EPT. Para isso, são utilizados os polos de apoio presencial da UAB e as equipes são constituídas de acordo com a Portaria nº 110/2019, que regulamentou a Portaria nº 183/2016; a Instrução Normativa nº 2/2017, dentre outras.

Com o novo Edital nº 9/2022, a Capes/UAB institucionaliza, em parceria com a Setec/MEC, a oferta do Curso de Pós-graduação (Lato Sensu) em Docência para a EPT para mais 6.120 vagas, distribuídas em 25 instituições que integram o Sistema Universidade Aberta do Brasil.

Para a sua consecução, a Setec/MEC realizou, por meio dos Ofícios-Circulares nº 93, nº 94, nº 110 e nº 153/2021, levantamento de demanda para a oferta do DocentEPT no ano de 2022, consultando, além das instituições que integram a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, as Secretarias Estaduais de Educação e instituições vinculadas que ofertam a EPT. O resultado apresentado, por essas instituições, à consulta de demanda encaminhada, subsidiou a Setec/MEC, em parceria com a Capes/UAB, a organizar uma nova oferta para o ano de 2022, com início em agosto de 2022.

Importante destacar que a oferta do Curso de Pós-Graduação (Lato Sensu) em Docência para a EPT vem ao encontro da Política Nacional de Formação de Professores, em conformidade com o Decreto nº 8.752/2016, como também do atendimento à meta 15 do PNE 2014-2024 e a Resolução CNE/CEB nº 1/2021 e Resolução CNE/CEB nº 1/2022, que assegura aos professores graduados, não licenciados, um efetivo exercício na profissão docente, e àqueles aprovados em concurso público, o direito à formação pedagógica, excepcionalmente, por intermédio de Curso de Pós-Graduação Lato Sensu de caráter pedagógico.

O presente Projeto Pedagógico de Curso constitui-se como uma atualização ao projeto empregado na primeira edição do curso de Pós-graduação (Lato Sensu) Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica, no IFSUL. A

primeira edição do Curso de Pós-Graduação (Lato Sensu) em Docência para a EPT ofertada pelo IFSUL foi realizada no período de setembro de 2022 a dezembro de 2024. Contou com carga horária de 480h, duração de 15 meses, na modalidade a distância. Os polos atendidos na oferta de 2020 estão listados no Anexo I.

A Pós-graduação no IFSul é concebida como fator preponderante no processo de produção do conhecimento científico, na qualificação do exercício das atividades da docência e na preparação de pesquisadores para desenvolverem novas técnicas e processos, a fim de atender aos avanços do mundo do trabalho, ao fortalecimento da democracia e à diversidade. Nesse sentido, a Pós-graduação do IFSul tem se alinhado principalmente com o equacionamento de problemas concretos do mundo do trabalho, no âmbito do incremento tecnológico de produtos e serviços, além da destacada atuação científica no âmbito da formação de pesquisadores e professores vinculados à educação profissional e à educação básica em geral. Nesse sentido é importante ressaltar que o presente projeto encontrasse consonante com a Resolução CONSUP/IFSul nº 358/2023).

2.3. Fundamentos para a construção do Projeto Pedagógico do Curso (PPC)

2.3.1. Formação para o trabalho e para a técnica: concepções basilares

Em uma primeira definição, a Educação Profissional é a formação para o trabalho. O trabalho, por sua vez, pode ser entendido como a atividade social humana de produção de bens e serviços que mantém nossa existência. As atividades que cada um de nós desempenha ao longo de sua vida laboral como parte de uma sociedade dinâmica, organizada em torno de profissões diversas e em permanente transformação, em cultura e garantem a dinâmica social.

A espécie humana distingue-se dos animais de várias formas, como: a linguagem, a religião, a arte etc. Além disso, uma das principais características da nossa humanização é a utilização de ferramentas e métodos para produzir os meios para nossa existência e, em geral, nossos modos de vida. Assim, o *homo sapiens* (definição da Biologia) é, também, um *homo faber*, isto é, fabrica seus meios de vida (conceito já elaborado por filósofos como Bergson, Arendt, Weill, Sennett, entre outros).

A capacidade humana de fabricar e utilizar instrumentos, ferramentas e métodos para produção de existência chama-se técnica. Assim, a técnica é a propriedade caracteristicamente humana de utilizar os mais variados recursos materiais e imateriais para produzir seu alimento, indumentária, habitação, remédios, cinema, literatura, e assim por diante. Ou, ainda, retomando as palavras da historiadora da técnica da Sorbonne, Anne-Françoise Garçon, a técnica pode ser descrita de forma geral como: “esta particularidade que tem o homem de inventar ferramentas e procedimentos para agir de modo durável e reproduzível sobre seu

ambiente” (2005, p. 2). No entanto, vale prestar atenção nas considerações da autora em relação a essa definição, aparentemente simples:

Cada palavra conta nesta definição: a técnica, enquanto capacidade humana, repousa menos sobre a sua capacidade de usar ferramentas, também presente em alguns animais, do que sobre sua capacidade de memorizar o seu uso, de reproduzir e potencializar seus efeitos. O *homo technicus* transforma um objeto qualquer em ferramenta, memoriza seu uso, valida este uso e o transmite. Consequentemente, a técnica é um processo complexo que insere o gesto em um conjunto cognitivo mais amplo, que cria este conjunto cognitivo conjugando a ação, a reflexão e a memorização. Não há técnica sem trabalho, no sentido hegeliano do termo, isto é, sem elaboração permanente, sem re-questionamento permanente de si pelo indivíduo e da coletividade. Resulta disso, e eis uma questão capital, que a técnica é por definição um processo normatizado, que funciona intrinsecamente por níveis. Normatizada por essência, a técnica engendra por essência a historicidade. Há um hiato grande, entretanto, entre tal essência e sua visibilidade. O homem, ser técnico, tem dificuldade em aceitar-se como tal. Ele tem dificuldade em perceber tudo o que deve a esta aptidão que o funda, em aceitar em que medida a sua relação com a técnica o constrói, em que medida ela pode colocá-lo em perigo em seu ambiente e em sua humanidade. Pouco numerosos, os filósofos da técnica são pouco lidos, pouco divulgados e mal ouvidos, mesmo neste tempo de desregulamentação planetária antrópica. Não obstante o ambiente, a relação do homem com a técnica permanece abandonada na reflexão ontológica.

Dito isso, por já estarmos mergulhados em um mundo assim organizado, mas não percebido como tal, nem sempre reconhecemos a importância de cada uma das nossas profissões. Rose (2007 apud BARATO, 2015, p. 21) relata, inclusive, o “fenômeno da invisibilidade de muitos trabalhos e trabalhadores”, o que reflete uma escala de valores sociais das profissões.

Compreendendo a técnica como a capacidade humana de transformar a natureza e as práticas culturais para sua existência, entendemos que, quando tomamos uma faca e descascamos um alimento para, em seguida, cozinhá-lo e temperá-lo para ser servido, a técnica culinária está em ação para nos alimentarmos. A técnica é, portanto, o nome de grande parte dos modos de intervenção no mundo de que dispomos, desde os mais básicos para a produção da existência, tornando-se um desafio complexo para nós, em comparação com os demais animais, já que não procedem a intervenções conscientes para produção de sua existência, sendo providos pelo ambiente. Por exemplo, quanta técnica foi envolvida e quantos técnicos trabalharam no famoso acelerador de partículas do Centro Europeu de Pesquisa Nuclear - CERN? Quanta técnica o escritor, o ator ou o cineasta usam para lapidar sua obra? De quanta técnica necessitamos a cada dia para satisfazer necessidades básicas? Ao tomarmos o café da manhã, uma infinidade de técnicas foi empregada para o plantio, colheita, processamento, embalagem e distribuição do café, que nos aparece apenas como um objeto num recipiente à nossa estante, em que muitas vezes

ignoramos todo o esforço humano ali inserido para que esse simples evento de fazer um café se materialize.

Por meio da linguagem e, mais amplamente, do compartilhamento da experiência, as gerações vão se apropriando dos saberes e dos fazeres da técnica, que elas reproduzem, alteram ou transformam diante de novos desafios. Às vezes, esquecem-se as técnicas também, ou porque delas não precisam mais ou porque outras ganharam predomínio social ou econômico. Em todo o caso, a inovação está relacionada a essa abertura de outras possibilidades para as comunidades, que se dá nos diversos mecanismos de articulação e disseminação de saberes. Um importante mecanismo nesse processo de disseminação é a educação profissional. Constatamos, então, que todo trabalho, toda profissão, envolve o uso de técnicas. Álvaro Vieira Pinto, importante filósofo brasileiro da técnica, chega à seguinte definição: enquanto atividade, o trabalho pode ser considerado o exercício social da técnica (VIEIRA PINTO, 2005).

Importante destacar que não há compartilhamento de técnicas nem Educação Profissional e Tecnológica (EPT) sem a dimensão da experiência. Pode-se falar a respeito de uma técnica, pode-se entender os procedimentos e os conceitos envolvidos, sem, contudo, saber pô-la em prática. Uma característica peculiar da EP é reconhecer o fazer como fonte privilegiada de saber.

Dessa forma, não é apenas na oferta escolar tradicional que privilegia a experiência abstrata ou teórica, cuja importância não nos ocorre contestar, que os valores são aprendidos (BARATO, 2015). É na ação que muitos dos valores que pretendemos transmitir são significados e aprendidos, especialmente em situações de aprendizagem de uma profissão, quando um modo de interação muito particular com a sociedade se organiza e uma relação especial do sujeito aprendiz com sua obra se estabelece.

2.3.2. Dimensão epistemológica da Educação Profissional e Tecnológica

As concepções iniciais sobre técnica, apresentadas aqui, válidas para qualquer tempo, lugar ou sociedade, nos levam a apreciar sua importância. Do despertar pela manhã até o momento de dormir, estamos envolvidos em técnicas. Mas, então, por ser tão fundamental na construção da espécie humana, a técnica não mereceria, como outros campos do saber, uma epistemologia, ou seja, uma ciência, com a formulação de princípios e fundamentos, descrições (uma tecnologia), métodos etc.?

Ora, já existe, fora do senso comum, uma ciência da técnica: a tecnologia (*techne* + *logos*) (VIEIRA PINTO, 2005, SIGAUT, 2009). Essa ciência compreende a técnica sempre como atividade consciente e planejada, que vai além da mera repetição de tarefas mecânicas, da “mera” imitação.

Nesse sentido, a formação técnica nunca pode ser confundida com a metáfora do “apertador de parafusos” hapliniana, pois trata de um sujeito pensante, atuante, muitas

vezes criativo (ROSE, 2007). Há um pensar *do e no* fazer. Teóricos do ensino da EP falam em “conceituação na ação” (PASTRÉ, 2017; VERGNAUD; PASTRÉ; MAYEN, 2019) por parte do sujeito no trabalho. A própria consciência humana se torna possível como efeito da ação do ser humano sobre o mundo (SIGAUT, 2012). Não por acaso, Vieira Pinto requalifica a técnica como *adjetiva* do ser humano, isto é, passa a identificar a qualidade específica do ato humano intencional de construção da existência (também chamado por Marcel Mauss de “ato tradicional eficaz” (2002, p.9)), ao mesmo tempo em que indica sua constituição ontológica, a de um ser que se faz fazendo-se.

Assim, pensada como ciência da técnica, a tecnologia deixa de se confundir com uma simples aplicação da ciência. Isso porque as técnicas têm características próprias, um desenvolvimento próprio, e envolvem um acúmulo de saberes nem sempre pertencentes ou reconhecidos nas demais disciplinas científicas, apesar de muitas vezes se nutrirem delas. As técnicas agrícolas, por exemplo, desenvolveram-se durante séculos sem a constituição de uma ciência agrária prévia (SIGAUT, 1985). Aos poucos, a Agronomia surgiu e passou a conviver interativamente com as técnicas agrícolas. O laço estreito entre as ciências e as técnicas, contudo, não deve apagar as especificidades mencionadas e sim intensificar o diálogo.

Em consequência dessa abordagem de cunho mais epistemológico, acedemos à compreensão de que a formação técnica não pode ser mera decorrência de uma formação científica. Entende-se, também, que a formação para a técnica e para o trabalho requer grande esforço formativo. Torna-se ilusória, pois, a crença de que, formando cientificamente o sujeito, ele poderá exercer diversas técnicas, supostamente “derivadas” das ciências. Uma técnica da Eletrotécnica, Enfermagem, Química, Radiologia etc., envolve saberes e intervenções que podem ter (ou não) origem nas disciplinas científicas, mas que se constituem numa área técnica, numa tradição laboral ou num conjunto de procedimentos de uma corporação profissional. Claro que as técnicas se conectam e se apoiam em conhecimentos científicos diversos, tanto das chamadas ciências “exatas” como nas “humanas”, mas suas especificidades extrapolam-nas. Sua riqueza aparece em nossos currículos de cursos técnicos e resiste à crença em uma formação científica genérica que as englobaria.

Por exemplo, um Técnico em Eletrotécnica em atividade em seu ambiente de trabalho desempenha um conjunto de atividades, tarefas, protocolos, que vão muito além do domínio da eletricidade como disciplina da Física. Sua prática está muito mais associada à cultura profissional desenvolvida no ambiente de trabalho com os demais colegas da mesma atividade ou de atividades correlatas, do que ao simples domínio dos princípios da eletricidade e magnetismo (os quais fazem parte de sua formação). Dessa forma, é necessário que a formação técnica esteja referenciada ao ambiente, valores, práticas, métodos e protocolos do mundo do trabalho daquela profissão e não, apenas, na fundamentação teórica e das tarefas de sala de aula.

Sendo assim, o desafio educacional posto com tal perspectiva é o de uma interdisciplinaridade ampla (MORAES, 2016), que consiste não apenas em fazer disciplinas científicas reconhecidas se unirem na compreensão dos fenômenos do mundo, mas também em incorporar a técnica e a tecnologia no diálogo dos saberes, dos fazeres e do saber-fazer na formação para o trabalho e a cidadania.

Enfatizamos, nesse texto, a importância de uma abordagem epistemológica específica para a técnica, uma vez que as ciências tradicionais não a contemplam e considerando que ela ajuda a ampliar a compreensão do papel da Educação Profissional para a sociedade e para o indivíduo. Mas entendemos tal abordagem como um campo amplo de estudos e reflexões em diálogo. Temos vários aportes teóricos possíveis para isso. Depois das teorizações oriundas das teses de grandes filósofos a pensar o trabalho como produção da existência do ser humano e também os problemas econômicos do trabalho, autores como Haudricourt (1987), Sennett (2013), Sigaut (1985, 1987, 2009), Vieira Pinto (2005), bem como educadores, sociólogos e psicólogos do trabalho e diversos outros pensadores permitem considerar a técnica, a tecnologia e o trabalho nos inúmeros aspectos que animam seu emprego, sua transmissão, seus desafios, suas virtudes e seus problemas: antropológicos, sociológicos, psicológicos, culturais, subjetivos, identitários, econômicos etc.

2.3.3. Outras dimensões do trabalho

Se “o homem se faz naquilo que faz”, ideia retomada por Vieira Pinto, isto é, se o seu fazer o constrói a ponto de gerar sua própria consciência, interessa, no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, examinar como ocorre essa humanização pelo trabalho considerando as múltiplas dimensões que o mesmo possui para o ser humano, além da produção material da sua vida. Sinteticamente, em termos subjetivos e cognitivos, podemos afirmar que o trabalho (e, potencialmente, a formação para o trabalho) promove identificações do sujeito com grupos sociais diversos e o insere em um novo universo de valores, regras, relações de hierarquia, de reciprocidade, de troca, de solidariedade, de conflito etc. Coloca-o frente a responsabilidades e problemas a resolver, desafia-o a adaptar-se a novas situações e a aprender não apenas de tarefas prescritas, mas também da conceituação que o sujeito trabalhador realiza a partir da experiência e das situações (PASTRÉ, 2017).

A análise do trabalho mostra que a atividade real de trabalho fornece ensinamentos e experiências que não necessariamente se confundem com as instruções de tarefas prescritas (GÜÉRIN *et al.*, 2001; PASTRÉ, 2017). Isso pode ser facilmente verificado na atividade do docente, por exemplo, que se depara em sala de aula com situações em que o currículo, o plano de aula ou a teoria educacional não contemplaram. Em suma, o sujeito não para de se construir e metamorfosear-se nas provas e provocações do trabalho (CLOT, 1999).

Vamos refletir sobre algumas dessas dimensões, sem pretender esgotá-las. Começamos pela dimensão estética do trabalho. Ela se relaciona, em primeiro lugar, com a obra do trabalhador. Barato (2015) traz vários relatos eloquentes a esse respeito. Citaremos apenas dois. Primeiro, o caso de um aluno do curso de Eletricidade num canteiro de obras de habitações populares. Após finalizar a instalação elétrica, o aluno informa ao professor que vai refazer toda a instalação, o que surpreende o

docente, já que tudo estava funcionando normalmente. Mas o aluno avaliou que estava “feia”, apesar de correta, e quis alcançar o que considerava seu “padrão de beleza”, digamos, da obra. Outro caso é o do pedreiro que leva a família para ver a casa que estava construindo para eles, destacando a beleza dos detalhes de acabamentos etc. Em ambos, constatamos uma dimensão estética e pessoal na realização do trabalho.

A dimensão pessoal, isto é, a singularidade com que cada profissional atua, poderá, na verdade, ser verificada em qualquer atividade, apreciada esteticamente ou não, como lembram Güérin *et al.* (2001, p. 18): “Numa metalúrgica, um operário nos disse quem ajustará sua máquina, sem tê-lo visto. [...] Ao receber um cliente, uma funcionária sabe, pelo diálogo que tem com ele, qual a recepcionista que o atendeu”. O caso do eletricitista ou do pedreiro revela, ainda, um aspecto moral ou ético de compromisso com sua prática, que também caracteriza a identidade do trabalhador. Ambas as dimensões dizem respeito a um “sentimento de autoafirmação” do sujeito (BARATO, 2015, p. 21), que, além de obter o que podemos chamar de um “empoderamento técnico”, isto é, a aquisição de uma forma organizada de intervir no mundo e de produzir sua existência, ganha o seu reconhecimento enquanto autor da obra de seu trabalho e enquanto sujeito (co)construtor da sociedade. A dimensão ética aqui evocada se desdobra nos valores que a ação do trabalhador envolve, que vão desde aqueles de uma ética profissional, típica de uma categoria profissional, passando por práticas educacionais (no âmbito da formação), até valores sociais mais gerais. Mais alguns casos ilustrativos: “um aluno do curso de construção civil comenta que no canteiro de obras não se derruba o fruto do trabalho” (BARATO, 2015, p. 22), prática comum nos cursos de edificações, como quando se derruba muros de tijolos para poder repetir o exercício de construção no mesmo lugar. Aqui o aluno ressalta a oposição da prática escolar ao ethos da profissão. Outro caso é o da formadora de cabeleireiros que indica que a preparação de tinta para coloração de cabelos deve ser feita atrás de um biombo, para evitar que a cliente “aprenda o procedimento e deixe de buscar o serviço de cabeleireiras” (BARATO, 2015, p. 22). Aqui uma questão ética se põe: a ética profissional entra em conflito com valores sociais mais amplos. Em todos os casos, há uma “vinculação entre identidade e fazer, geradora de saberes e valores significativos” (BARATO, 2015, p. 25).

Entra em discussão, pois, a dimensão identitária do trabalho e da formação para o trabalho, que não pode ser abordada sem ser relacionada com a dimensão cultural do fazer técnico. Para Sigaut (2009), a entrada no mundo do trabalho é, antes de mais nada, a participação em toda uma cultura técnica e profissional, da qual o sujeito passa a fazer parte. Lave e Wenger (1991) também ressaltaram as relações que se travam de forma emblemática nas formas de aprendizagem em “comunidades de práticas” como corporações, nas quais o saber retirado dos intercâmbios envolve técnicas, valores e desenvolvimento de identidade. Como afirma Barato (2015, p. 26), os aprendizes de um ofício se integram à comunidade, desde o primeiro dia, por meio da produção de obras. Assim, desde o início, a participação na produção, mesmo que em atividades muito simples (pregar botões em uma oficina de alfaiataria, por

exemplo), desperta um sentimento de pertencimento à categoria (o aprendiz de alfaiate se percebe como um membro ativo da categoria assim que começa a executar pequenas tarefas vinculadas ao ofício). Dessa forma, aprende-se *com*, não só um *quê*. Assim, aprender “implica tornar-se uma pessoa diferente em relação às possibilidades abertas por estes sistemas de relações” (LAVE; WENGER, 1991, p. 53). Mas, a dimensão da cultura técnica de uma profissão, longe de ser fechada, é aberta e conectável aos outros planos da cultura. O registro identitário para o sujeito trabalhador ou aprendiz pode ser ampliado e alterado nessas conexões, como quando ele aprende um idioma, uma arte, outras formas de trabalho, outros saberes, outras culturas técnicas da mesma profissão em outros países etc. Pensar a dimensão cultural da técnica e do trabalho e sua interpenetração com a cultura em geral permite, ainda, vislumbrar uma possível superação da divisão entre formação humana e formação técnica, formação intelectual e formação prática, por ajudar a evitar o desligamento do ato técnico das suas implicações sociais, éticas, econômicas, ambientais. Isso porque não se pensaria mais a técnica como separada da cultura ou, até mesmo, como oposição à cultura, um modo de pensar (e agir) enraizado nas sociedades ocidentais há milênios (SIGAUT, 1987).

Em suma, observando as dimensões até agora esboçadas, podemos inferir que a inserção do sujeito aprendiz na cultura do trabalho (e em seus nexos com as “outras” culturas) representa, muitas vezes, uma exposição significativa e contextualizada a muitos dos desafios da cidadania. Com isso, avaliamos melhor o poder transformador da Educação Profissional e Tecnológica para o sujeito. Isso vale tanto para o adulto, que nunca teve a chance de receber uma formação técnica ou tecnológica e passa a poder exercer uma profissão, empoderar-se tecnicamente, emancipar-se social, econômica e culturalmente; quanto para o jovem, que tem a possibilidade de passar por experiências bem diversas daquelas que o ensino exclusivamente propedêutico (que apenas prepara para outra etapa formativa) oferece. Valeria, enfim, lembrar rápida e simplesmente de uma dimensão muitas vezes esquecida do trabalho: o prazer. Se o trabalho pode ser árduo, penoso, ele é, também, uma fonte de prazer. Sem ele as pessoas adoecem (SIGAUT, 2009). As considerações até agora apontadas são apenas indicativas de aspectos relacionados ao trabalho que realçam o valor da Educação Profissional e Tecnológica. Outros aspectos mais problemáticos associados ao trabalho também merecem atenção (alguns deles abordados a seguir), mas não deveriam ofuscar completamente a importância do trabalho e da formação para o trabalho na sociedade.

2.3.4. Dimensão social do trabalho e da técnica

As relações humanas também incluem outros atributos que desafiam permanentemente o ser humano a superá-los: a dominação, a escravidão, a exploração do trabalho alheio, a concentração de riqueza nas mãos de poucos e a consequente carência da maioria, para citar alguns. O papel da Educação Profissional, ao formar para a técnica e para o trabalho, também é educar para a cooperação na

superação dos desafios que as relações humanas vão desenvolvendo ao longo de sua história (WOLLINGER, 2016). A Educação Profissional e Tecnológica tem, portanto, um duplo compromisso com seus alunos: preparar para o uso responsável e proficiente das técnicas de cada profissão e conscientizar para a participação na superação das injustiças sociais e econômicas que se abatem a cada período, principalmente, pela valorização do trabalho e do trabalhador.

Em várias culturas, as diferenças de remuneração entre atividades manuais, intelectuais e gerenciais são bem menores que as nossas, denotando o reconhecimento do valor das várias formas de trabalho e o estímulo ao trabalhador a reconhecer o seu valor. Nossa herança colonial de sociedade escravocrata marcou profundamente nossa cultura com uma desvalorização do trabalho, especialmente o trabalho manual, por ter sido atividade de escravos (ver autores como Darcy Ribeiro, Sérgio Buarque de Hollanda, Gilberto Freyre, Roberto Damatta, entre outros). Nos dias atuais, essas marcas culturais persistem em várias esferas. Na acadêmica, separa-se a formação “intelectual” da formação “manual”, mesmo quando as formações universitárias são formações profissionais. Até mesmo em documentos de leis, diretrizes curriculares ou em várias outras partes da cultura encontramos evidências da desqualificação ou da fuga das atividades manuais, “operacionais”, do trabalho braçal. Na Educação Profissional deve consolidar-se a compreensão, como é a de muitos outros povos, de que o trabalho, como exercício social da técnica, é a atividade que nos humaniza, que nos relaciona com o mundo à nossa volta, nos torna parte de um conjunto social, em que a contribuição de cada um, nas mais diversas tarefas, constrói o mundo em que vivemos. Como contextualizar a Educação Profissional para a superação de nossa herança colonial? Qual a compreensão sobre técnica, tecnologia e trabalho na qual a Educação Profissional deve se fundamentar? Como construir um projeto pedagógico que reflita esse compromisso da Educação Profissional com a formação para o trabalho e para a superação das injustiças sociais e econômicas a ele relacionadas? São os desafios que acompanham a implementação da formação docente para a EP.

2.3.5. A formação dos Educadores de Trabalhadores

A formação de professores para a Educação Profissional e Tecnológica deve considerar esses pressupostos na construção dos saberes a serem levados às salas de aula, oficinas e laboratórios, para a construção de um processo educativo transformador da vida daqueles que nele se inserem, seja no plano pessoal, com uma formação que permita ao egresso inserir-se no mundo do trabalho com sua contribuição laboral e reconhecimento profissional; no plano comunitário, pela responsabilidade ética e ambiental em sua atividade técnica; e no plano social, com sua compreensão de que o trabalho é o responsável pela dinâmica da espécie humana, devendo ser reconhecido, respeitado e valorizado, desde o plano econômico ao plano cultural, como construção coletiva da existência de toda a humanidade.

Consequentemente, trata-se de uma consciência educacional “nova”, ou pelo menos diversa, quando comparada à de uma educação “propedêutica”, isto é, que visa à preparação para uma etapa educacional futura (embora esta seja igualmente necessária, reveste-se de outros significados e finalidades). Incorre-se, também, na necessidade de abordagens pedagógicas e didáticas próprias e que levem em consideração uma multiplicidade de dimensões epistemológicas e sociais novas, referidas acima, que diferem da cultura escolar clássica, baseada na transmissão conceitual de saberes formais e, geralmente, considerados universais e estáveis (GOUDEAUX; POIZAT, DURAND, 2019). Apresenta-se o desafio, então, de abordagens formativas e didáticas que coloquem em cena: a obra do trabalho como mediadora da aprendizagem (BARATO, 2004); a atividade laboral e as práticas sociais como situações de referência constantes para as formações (DURRIVE, 2011; JONNAERT, 2009); a formação, não apenas como transmissão de conteúdos, mas como inserção de atores em comunidades de prática (WENGER, 1998); uma multiplicidade de concepções de aprendizagem; a sua situacionalidade; entre muitos dos aspectos aqui abordados e ainda por abordar com o desenvolvimento deste campo de estudos e de práticas.

2.3.6. Princípios Educacionais

Os cursos de pós-graduação lato sensu denominados cursos de especialização são ofertas educacionais voltadas à promoção do desenvolvimento da região e do País e que têm como objetivos a complementação e o aprofundamento da formação acadêmica e o aprimoramento técnico-profissional, com vistas ao desenvolvimento humano, à ampliação da cidadania e à formação de novos e qualificados perfis profissionais. Todas as ofertas de pós-graduação do IFSul estão em sintonia com os objetivos institucionais e com as demandas das comunidades locais e regionais, visando contribuir com o crescimento científico, econômico e social, orientadas pelos seguintes princípios (Resolução CONSUP/IFSul nº 358/2023):

- Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- Formação humana integral
- Interdisciplinaridade
- Problemática do conhecimento
- Pesquisa como princípio educativo
- Sustentabilidade
- Cooperação acadêmico-científica
- Autonomia intelectual
- Inovação
- Inclusão e emancipação
- Democratização do conhecimento
- Gestão democrática e participativa
- Trabalho como princípio educativo

Esse Projeto Pedagógico do Curso DocentEPT considera, como substrato para sua implementação, os seguintes princípios e seus desdobramentos:

- Reconhecimento do trabalho como princípio educativo, produtor e transformador da existência humana;
- Reconhecimento e incorporação na formação das especificidades epistemológicas, históricas, estruturais e políticas da Educação Profissional;
- Fortalecimento da pesquisa, extensão, inovação, experimentação, análise do trabalho real e compartilhamento de práticas como princípios da formação docente.
- Experimentação da atividade real do trabalho para a concepção e implementação da formação profissional;
- A análise do trabalho como fundamento para a sistematização dos saberes laborais.
- A técnica como propriedade *adjetiva* humana de intervenção no mundo para a produção da existência;
- A atividade laboral e as práticas sociais como situações de referência constantes para as formações;
- A formação como inserção de atores em comunidades de prática;
- A tecnologia como ciência da técnica e como ciência humana;
- Os saberes das Ciências como recursos para a compreensão e intervenção no mundo visando à formação profissional e a transformação social;
- Reconhecimento do docente como trabalhador da Educação Profissional e Tecnológica;
- Implementação da EaD, do ensino híbrido e das tecnologias digitais como estratégias educativas na EPT;
- Interdisciplinaridade ampla como condição de constituição dos fazeres-saberes técnico-profissionais e como forma de integração curricular;
- Interprofissionalidade como componente da formação profissional;
- Inovação pedagógica e educacional para a formação de trabalhadores, buscando autonomia, criticidade e desenvolvimento da capacidade de agir;
- Contextualização como a localização dos saberes a partir da realidade laboral e cultural do estudante;
- Atividade e situacionalidade como vetores da aprendizagem em Educação Profissional e Tecnológica;

2.4. Justificativa

A nível nacional, são diversas as razões pelas quais se justifica a oferta de um Curso de Pós-Graduação *lato sensu* dedicado à formação continuada em Docência na Educação Profissional e Tecnológica.

Devem-se considerar as especificidades da Educação Profissional e Tecnológica, sua condição de modalidade de educação escolar com características próprias,

constituídas por processos previamente planejados destinados a desenvolver capacidades de trabalho e a favorecer a produção de bens e serviços.

De modo geral, as capacidades humanas de trabalho são formadas no contexto das relações sociais nas quais os sujeitos estão envolvidos. Essa modalidade educacional se torna específica quando esses processos são intencionalmente pensados e materializados visando ao desenvolvimento dessas capacidades.

Essas práticas intencionalmente pensadas para o desenvolvimento de capacidades de trabalho têm história, instituições próprias, finalidades particulares de acordo com as premissas que seus formuladores assumem, público diferenciado, estratégias variadas e diversas formas de serem avaliadas.

Por isso, é necessária uma formação desse tipo, proposta por este projeto político-pedagógico, para que os profissionais das práticas educativas da Educação Profissional e Tecnológica possam reconhecer essas especificidades visando a um planejamento coerente e a proveitos efetivos.

A docência na Educação Profissional e Tecnológica compreende a articulação dos saberes específicos de cada eixo tecnológico e, caso contenham, suas áreas tecnológicas, com saberes didáticos, amalgamados por uma atitude crítico-reflexiva e orientados por uma finalidade de transformação da condição humana.

Alguns dilemas característicos do exercício da docência nessa modalidade educacional são premissas para um curso dessa natureza. Em primeiro lugar, ser evidência de uma política educacional efetivamente interessada na valorização do magistério e dos/as professores/as, considerando, sobretudo, a diversidade da formação inicial daqueles/as já atuantes nessa modalidade educacional ou motivados/as em fazê-lo.

Nesse contingente, há graduados e graduadas provindos/as de cursos superiores de tecnologia e de bacharelados sem nenhuma ou com pouca formação pedagógica. Há também egressos/as de cursos de licenciaturas que, a despeito da formação destinada à docência, não tiveram oportunidade de conhecer, minimamente, o campo da Educação Profissional e Tecnológica, suas questões políticas e do ensinar e do aprender.

Não faltam aqueles/as que, por diversos motivos, encontram-se nessa docência apenas por razões extrínsecas a ela, como, por exemplo, a oportunidade de auferir ganhos salariais complementares aos obtidos em atividade profissional que consideram como a principal, chegando até uns e outros a não se identificar como professores.

Há outros/as que, ocupados/as em outras atividades, se sentem mais implicados/as no trabalho docente, mas nele veem apenas algo como um prolongamento das atividades que realizam nessas outras esferas, convencidos/as de

que a Educação Profissional e Tecnológica tem por função precípua ser um braço das empresas e do chamado setor produtivo.

Assim, pode-se dizer que a discussão sobre o trabalho e o papel do/a professor/a na Educação Profissional e Tecnológica se coloca como de grande seriedade e importância, e, nesses termos, como a justificativa primordial para a oferta de um curso de pós-graduação *lato sensu* em docência nessa modalidade educacional. Ressalte-se, também, como motivo fundamental para tanto, o grande interesse em cursá-lo por muitos/as nela já atuantes ou com vistas a fazê-lo.

Tal propósito concerne, sobretudo, a oferecer contribuições relevantes para a aquisição ou para o aprofundamento de conhecimentos pedagógicos e à melhor estruturação da atividade docente, condições fundamentais à efetivação da Educação Profissional e Tecnológica socialmente referenciada e dos processos de ensino-aprendizagem comprometidos com a produção de novos conhecimentos e com o aprimoramento das relações da escola com a sociedade.

Isso porque se entende ser fundamental o investimento do/a docente da Educação Profissional e Tecnológica em seu desenvolvimento profissional, na sua permanente atualização em conhecimentos pedagógicos, sem se descuidar, naturalmente, dos concernentes à sua requalificação no campo da sua formação específica e de base.

Da mesma forma, concorrem para seu desenvolvimento profissional seu engajamento e participação no trabalho coletivo escolar e nos debates sobre os mundos do trabalho, a dinâmica tecnológica, as políticas educacionais e as articulações da Educação Profissional e Tecnológica com a ciência, a cultura e os movimentos sociais.

Nesse sentido, torna-se indispensável, aos professores e às professoras da Educação Profissional e Tecnológica ou aos/às que querem vir a sê-lo, conhecer como essa modalidade educacional vem se desenvolvendo no Brasil. Para tanto, é preciso que se inteirem das suas contradições e das disputas políticas, teóricas e ideológicas que historicamente a perpassam, das suas especificidades com respeito à docência e suas bases conceituais comprometidas com a perspectiva emancipatória.

Mesmo que de forma amostral, é fundamental que conheçam experiências concretas de práticas educativas nesse campo. Por exemplo, as que tenham propósito integrador da relação teoria e prática ou de conteúdos gerais e específicos, de inclusão social e cultural e de promoção da sua articulação com a Educação de Jovens e Adultos.

De modo premente, também é fundamental que saibam ou se preparem para enfrentar os fenômenos da evasão e do abandono discentes na Educação Profissional e Tecnológica. Isso significa apoderar-se de estratégias de promoção da permanência e

do êxito acadêmico dos/as estudantes, de articulação do ensino com a pesquisa e com a extensão, da práxis ou do processo dialético da ação-reflexão-ação.

Nesses termos, este Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Docência na Educação Profissional e Tecnológica encontra suas justificativas maiores na formação de educadores e de educadoras socialmente sensíveis, éticos/as, criativos/as, reflexivos/as e comprometidos/as com a realização da função social dessa modalidade educacional, requisitos que influenciam diretamente as práticas pedagógicas nela desenvolvidas e os resultados que se espera obter com a aprendizagem dos/as discentes da EPT.

Portanto, se propõe, neste projeto pedagógico, um curso que não se define pela finalidade da docência restrita a formar meros executores de tarefas exigidas pelo mercado, mas que revele a importância social e educacional das políticas, dos programas e dos projetos de educação profissional e tecnológica emancipatória e que privilegie o atendimento às políticas públicas do país, a superação das desigualdades e a justiça social.

Propõe-se um curso que valorize a formação para o convívio respeitoso com as diferenças sociais e culturais e a compreensão profunda da realidade; que se comprometa com a qualificação da força de trabalho brasileira e, portanto, com o enfrentamento à histórica dualidade da educação nacional revelada no campo da educação profissional, na oferta de cursos instrumentais e apartados de seus fundamentos científico-tecnológicos.

Tal perspectiva requer a busca pela integração entre as capacidades de pensar e de produzir e, portanto, de tomar o ensino integrado como referência. Enquanto conteúdo, o ensino integrado deve ter o sentido “de completude, de compreensão das partes no seu todo” (Ciavatta, 2005, p. 84), podendo, por isso, ser entendido como uma concepção de formação que pressupõe o desenvolvimento amplo e articulado das capacidades humanas nas suas dimensões intelectuais e operacionais, inseridas em um contexto histórico marcado por profundas contradições sociais.

Dessa maneira, a motivação para essa oferta de formação político-pedagógica se respalda no entendimento de que ela pressupõe ir além da capacitação em técnicas didáticas visando à transmissão de conteúdos. Requer, mais do que isso, o incentivo ao diálogo com a educação geral, com o mundo do trabalho, com práticas pedagógicas interdisciplinares e interculturais.

Tais direcionamentos são necessários para que, de fato, o trabalho se materialize como princípio educativo, de forma a concorrer não somente para a emancipação do/a educando/a como também à concernente ao/a educador/a. É para isso que esse curso de pós-graduação *lato sensu*, sob a regência desse princípio, precisa promover fortes articulações entre ciência, tecnologia, cultura, trabalho e sociedade.

A Educação Profissional e Tecnológica se dedica a formar trabalhadores. Deve-se registrar a importância estratégica que tem a qualificação da força de trabalho para o desenvolvimento do país, para a produção de riquezas propiciadoras da satisfação das necessidades humanas, materiais e imateriais, e para o fortalecimento de um projeto de nação democrática e soberana.

Sem a força de trabalho qualificada, promovida e desenvolvida em suas capacidades instrumentais e ético-políticas, tem-se não apenas trabalhadores potencialmente menos produtivos, mas também cidadãos sem a consciência de sê-lo.

É a qualidade dessa formação que está em jogo quando se tem em tela o nível e o valor do trabalho docente, de professores e professoras, também eles/as trabalhadores e trabalhadoras, componentes imprescindíveis a todo e qualquer processo de produção, inclusive quando essa se trata de produzir seres humanos emancipados.

2.4.1 Exigência Legal

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, lei nº 9394/1996) determina que o magistério da educação básica seja exercido por professores habilitados para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio - Artigo 62 da LDB (BRASIL, 1996). Assim, a Educação Profissional, enquanto oferta associada à educação básica, considerando especialmente o ensino técnico, inclui-se nessa categoria. As diretrizes do ensino técnico contidas no Parecer CNE/CEB nº 11/2012, recomendam que, para a formação desse profissional:

[...] quem ensina deve saber fazer. Quem sabe fazer e quer ensinar deve aprender a ensinar. Este é um dos maiores desafios da formação de professores para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. É difícil entender que haja esta educação sem contar com profissionais que estejam vinculados diretamente com o mundo do trabalho, no setor produtivo objeto do curso. Entretanto, os mesmos precisam estar adequadamente preparados para o exercício da docência, tanto em relação à sua formação inicial, quanto à formação continuada e permanente, pois o desenvolvimento dos cursos técnicos deve estar sob responsabilidade de especialistas no segmento profissional, com conhecimentos didático-pedagógicos pertinentes para orientar seus alunos nas trilhas do desenvolvimento da aprendizagem e da constituição dos saberes profissionais. A formação inicial para o magistério na Educação Profissional Técnica de Nível Médio realiza-se em cursos e programas de licenciatura ou outras formas, em consonância com a legislação e as normas específicas que regem a matéria, de modo especial, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação. Os sistemas de ensino devem viabilizar essa formação, podendo ser organizada em cooperação com o Ministério e Secretarias de Educação e com instituições de Educação Superior.

De acordo com o inciso II do art. 67 da LDB, “a formação inicial, porém, não esgota o desenvolvimento dos professores da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, cabendo aos sistemas e às instituições de ensino a organização e viabilização de ações destinadas à formação continuada”.

A Lei dos Institutos Federais preconiza, no que se refere ao nível superior, a oferta de “cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional” (BRASIL, 2008). Assim, esta oferta também cumpre as finalidades e objetivos dos Institutos Federais em sua oferta educativa.

2.4.2 Desafios para a ampliação da Oferta de EPT

A implementação de programas e ações de formação de professores para a Educação Profissional e Tecnológica é urgente e fundamental para o Brasil. Diante da constatação de que “o Brasil ocupa um dos últimos lugares do mundo na oferta de educação profissional” (MORAES; ALBUQUERQUE, 2019, p. 7), diversas políticas que visam ao desenvolvimento dessa modalidade educacional em larga escala foram implementadas nas últimas décadas, marcadamente a instauração da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, cujas unidades de ensino foram quadruplicadas em número desde 2004, sem considerar a ampliação das outras redes de ofertantes, tais como a dos Serviços Nacionais de Aprendizagem, das Redes Estaduais e privadas.

Outro marco de potencial desenvolvimento da Educação Profissional consiste na possibilidade instaurada pela Lei nº 13.415/2018, mais especificamente no que diz respeito ao quinto itinerário do Ensino Médio, voltado para a Formação Profissional e Técnica. Ora, tanto no caso das políticas supramencionadas como na perspectiva aberta com o novo Ensino Médio, a formação docente permanece um dos grandes desafios, uma vez que ainda carecemos de programas que permitam a construção de itinerários de formação dos professores voltados às especificidades da Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

Ao regime de contratação de docentes das entidades federais e estaduais, pautado mormente na titulação acadêmica, por um lado, bem como às recorrentes carências de formação didático-pedagógica daqueles que têm, em todos os âmbitos formativos, a missão de ensinar uma profissão soma-se o desafio de desenvolver abordagens pedagógicas e educacionais que incorporem as dimensões epistemológicas, éticas, estéticas, sociais, ambientais e econômicas do trabalho de modo a promover uma formação de trabalhadores que os empodere em todas as dimensões citadas. Uma formação de trabalhadores qualificada reduzirá o custo no Brasil, uma vez que um trabalhador melhor qualificado aumenta o rendimento de seu trabalho, reduz desperdícios e otimiza recursos. Também uma formação qualificada auxilia na ampliação das ações empreendedoras, agrega valor a produtos e serviços

elaborados com maior qualidade, desdobrando-se na melhoria da qualidade de vida de toda a sociedade brasileira.

É fato que os principais esforços da educação brasileira têm se voltado prioritariamente para a educação propedêutica, com vistas ao Ensino Superior, haja vista haver um milhão de matrículas no Ensino Técnico, contra 8 milhões de matrículas no Ensino Superior (INEP, 2018), quando, na maioria dos países desenvolvidos e em desenvolvimento, a relação chega a ser o oposto. Considerando a escolaridade média do brasileiro de 7,6 anos, significando que a maioria dos adultos brasileiros não concluiu a Educação Básica, os recorrentes esforços educacionais não têm surtido o efeito desejável, faltando ainda oportunidades educacionais diversas do Ensino Superior, como a Educação Técnica de Nível Médio e a Qualificação Profissional. Esta cultura educacional só pode ser superada por uma política de estado de longo prazo, que inicie pela formação docente para a Educação Profissional, uma vez que a oferta de vagas vem aumentando com a expansão da Educação Profissional e Tecnológica e deverá aumentar, ainda mais, com o novo Ensino Médio.

Considerando a diversidade de perfis docentes demandados pela Educação Profissional e Tecnológica, um programa de formação de professores de abrangência nacional precisa ser flexível, coerente, de ampla capilaridade e, especialmente, sintonizado às demandas formativas dessa modalidade, que se diferenciam das formações para a educação infantil e o ensino fundamental.

O presente curso insere-se em um projeto que busca atender à diversidade das demandas formativas para professores da Educação Profissional e Tecnológica, desde sua formação inicial, passando pela qualificação profissional, a certificação de saberes, a formação continuada e a produção de soluções e inovações educacionais em programas de pós-graduação. Considerando os dados da Plataforma Nilo Peçanha, dos relatórios dos Serviços Nacionais e do Censo da Educação Básica, estima-se que cerca de 150 mil professores atuem na Educação Profissional e Tecnológica no Brasil hoje, a maioria dos quais não está habilitada para a docência na EPT. Todavia, com o advento do quinto itinerário do Novo Ensino Médio, voltado para a formação técnica e profissional, esse número deverá, no mínimo, duplicar nos próximos anos. Assim, docentes da Educação Profissional e Tecnológica já graduados (em grau de bacharel ou tecnólogo), mas sem licenciatura; potenciais docentes de EPT também já graduados e sem formação inicial; além de profissionais da EPT que necessitam de atualização ou qualificação constituem o público-alvo deste projeto de formação para docência na Educação Profissional e Tecnológica.

Vale salientar que este projeto pedagógico considera a Educação Profissional e Tecnológica como um “campo de estudos” próprio, isto é, conta com concepções e epistemologia específicas, didática própria, abordagens educacionais e metodologias características, constituindo, conseqüentemente, saberes e fazeres inerentes a um campo científico e educacional único - o campo da ciência da técnica.

2.5. Objetivo Geral

Promover a formação continuada em docência na Educação Profissional e Tecnológica de profissionais graduados/as em diferentes áreas do conhecimento, solidamente estruturada em bases científicas, críticas e éticas e articulada a propostas criativas de intervenção educacional, tendo em vista a formação humana integral, a emancipação social e a consolidação do Brasil como um país soberano e democrático.

2.6 Objetivos Específicos

1. Possibilitar a análise e a confrontação de diferentes perspectivas políticas e epistemológicas com relação à função social da Educação Profissional e Tecnológica.
2. Promover o compartilhamento de experiências, tecnologias educacionais e conhecimentos desenvolvidos no campo da Educação Profissional e Tecnológica.
3. Oferecer ferramentas teórico-metodológicas para o exercício de práticas educativas na Educação Profissional e Tecnológica.
4. Subsidiar os/as discentes no desenvolvimento de produtos educacionais destinados a fortalecer a atividade docente emancipatória na Educação Profissional e Tecnológica.
5. Contribuir com a expansão, no país, da Educação Profissional e Tecnológica com qualidade social.

2.7 Público-alvo

Poderão participar do curso profissionais portadores/as de diploma de graduação em qualquer área do conhecimento, obtido em instituições reconhecidas pelo Ministério da Educação (MEC), sendo preferencialmente bacharéis/bacharelas e/ou tecnólogos/as que atuam ou que pretendem atuar na EPT, com destaque para o magistério nos cursos técnicos de nível médio das redes públicas de Educação Profissional e Tecnológica.

2.8 Perfil do Egresso

Independentemente do curso de graduação de origem, o/a discente, ao concluir este Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Docência na Educação Profissional e Tecnológica, deverá estar em condições de:

- dialogar sobre assuntos relacionados à docência na Educação Profissional e Tecnológica, em particular na perspectiva do ensino integrado;
- participar da realização de diagnósticos, estudos e análises sobre necessidades, demandas, problemas, oportunidades e recursos relacionados à oferta de EPT;
- contribuir para a construção de conhecimentos provenientes das práticas sociais desencadeadas por programas e iniciativas de EPT;
- contribuir com os setores que, por motivos diversos relacionados às diversidades culturais ou condição socioeconômica, encontram dificuldade de expressão e de legitimação de seus saberes e necessidades com respeito às atividades de trabalho e formação;
- promover a criatividade e os aprendizados tecnológicos destinados à inovação de produtos, processos e técnicas, ao desenvolvimento da consciência ambiental e à elevação da capacidade dos/as egressos/as da EPT de intervir na realidade em que vivem;
- participar das chamadas “comunidades ampliadas de saberes”, estruturas em que ocorrem diálogos de diversas naturezas, no intuito de torná-las comprometidas com a valorização do trabalho, dos trabalhadores e trabalhadoras e com o enriquecimento da cultura, da ciência, da tecnologia e da EPT;
- participar das iniciativas de articulação da EPT com as políticas setoriais públicas;
- propor inovações curriculares tomando como temas transversais e de contextualização a pauta do desenvolvimento integrado, sustentável e solidário, os elementos da realidade do entorno escolar e os saberes do trabalho;

- desenvolver materiais e instrumentos pedagógicos que possibilitem aos/às discentes compreenderem de forma crítica a realidade que os/as cerca e nela intervir para concretizar as estratégias de emancipação social;
- participar da mobilização social e política de comunidades para a definição de agendas e de planos de mudanças que favoreçam o desenvolvimento da EPT;
- alimentar fóruns de debates com informações técnicas e estudos sobre EPT com relevância para a implementação das políticas voltadas a essa modalidade educacional;
- contribuir para o fortalecimento da gestão democrática de políticas, programas e projetos de EPT.

2.9 Infraestrutura

Para a oferta do curso, é importante a garantia de uma estrutura mínima que possibilite o suporte necessário ao percurso formativo do/a estudante. Por se tratar de um curso ofertado na modalidade a distância em parceria entre a RFEPC e a Capes/UAB, tendo o Lantec-Prosa/UFSC como centro responsável pela produção de materiais didáticos digitais a serem utilizados no curso, a infraestrutura digital e física disponível deve ser a que se descreve a seguir.

2.9.1 Infraestrutura digital

Sobre a infraestrutura digital, cada instituição gerencia o seu próprio Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), considerando as plataformas utilizadas localmente, tendo em vista que os conteúdos produzidos pelo Lantec-Prosa/UFSC podem ser migrados com facilidade para cada uma delas.

O IFSul fará a customização e o gerenciamento de seu próprio AVA, o Moodle (moodle.ifsul.edu.br/uab), e a migração dos materiais didáticos para esse ambiente, disponibilizando-os para os/as estudantes, seguindo orientações do Lantec-Prosa/UFSC, nos termos definidos pela parceria entre a IES e a Setec/MEC.

Para o gerenciamento e o acompanhamento do AVA, o IFSul constituirá equipe de suporte técnico e pedagógico, que tratará da customização da plataforma e da organização dos materiais digitais no AVA, prestando serviços referentes às questões acadêmicas e tecnológicas.

2.9.2 Polos de apoio presencial

Os polos de apoio presencial no âmbito da Universidade Aberta do Brasil (UAB) são estruturas acadêmicas de apoio pedagógico, tecnológico e administrativo, destinados à realização de atividades de ensino e aprendizagem referentes aos cursos e programas de Educação a Distância (EaD), de responsabilidade das Instituições de Ensino Superior (IES). Esses polos UAB são localizados, preferencialmente, em municípios de porte médio, que apresentam um total de habitantes entre 20 e 50 mil, e que não possuam instalações acadêmicas públicas de nível superior.

Os polos UAB podem ser tipificados como efetivos ou associados, conforme segue abaixo:

- Polo Efetivo: quando a entidade mantenedora, responsável pela infraestrutura física, tecnológica e de recursos humanos, for um governo estadual ou municipal;
- Polo Associado: quando a entidade mantenedora for uma IES integrante do sistema UAB. O Polo UAB associado geralmente localiza-se em um campus de uma IES.

Para implantar ou manter um Polo UAB, a instituição interessada deverá dispor de espaços com mobiliário correspondente as suas finalidades, além de condições adequadas de conforto ambiental, iluminação, acústica e ventilação.

Ressalta-se que os espaços disponíveis no polo UAB devem garantir o pleno desenvolvimento das atividades previstas, em regime de compartilhamento por todas as IES nele atuantes.

Um Polo UAB deve ter uma infraestrutura tecnológica composta, basicamente, por:

- Computadores em número adequado para atender o quantitativo que alunos (as) que se pretende atender no Polo;
- Conexão à internet em banda larga (recomenda-se acesso mínimo de 2Mb) para todos os ambientes do Polo;
- Ferramentas pedagógicas tais como data-show; lousa, podendo ser digital; equipamentos para conferência web ou videoconferência.

Na oferta do Curso de Pós-Graduação (Lato Sensu) em Docência para a EPT, Capes/UAB e Setec/MEC, cada instituição definirá, em conformidade com as etapas do cronograma estabelecido pelo Edital Capes nº 9/2022 e o número de vagas disponibilizadas pela Capes/UAB e pela Setec/MEC, os polos de apoio presencial e a relação de vagas disponibilizadas por polo. Essa definição se dará no Sicapes, durante o processo de cadastro das propostas do Curso DocenteEPT, em conformidade com os termos pré-estabelecidos com a Setec/MEC.

O apoio do polo presencial ocorre, por meio de realização dos encontros presenciais previstos pela instituição ofertante do curso. Ao longo do processo

formativo, podem ser definidos momentos presenciais, a depender do planejamento de cada instituição.

2.9.3 Biblioteca

Cada polo de apoio presencial conta com estrutura básica de acervo e espaço físico para estudos e pesquisas, conforme detalhado no item anterior. Todavia, para os propósitos deste curso, todo o material bibliográfico será disponibilizado eletronicamente na plataforma utilizada para oferta dos cursos a distância das instituições. Links e demais informações de acesso a referências constam no material disponibilizado em cada unidade curricular. Todo o material didático poderá ser impresso pelo aluno, já que será disponibilizado em formato “PDF”.

Ainda no que se refere a bibliotecas, também é disponibilizado o serviço de acesso às normas da ABNT e Mercosul para toda a comunidade acadêmica, por meio da plataforma Target GEDWeb e, também, via Sistema Pergamum. Além dessas, os estudantes podem ter acesso a outras bibliotecas virtuais, como, por exemplo, à Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD); Biblioteca Domínio Público; Biblioteca Digital Mundial; o Repositório online ProEdu; Biblioteca Digital e Sonora; *Public Library of Science*; *The National Academies Press*; *Project Gutenberg*; *Google Book*. Os estudantes do curso ainda contam com acesso ao Portal de Periódicos da Capes. Todas essas plataformas digitais estarão disponibilizadas para os alunos no AVA, por meio de links de acesso, conforme demanda das disciplinas.

3. Corpo Docente e Técnico do Curso

Para a execução dessa proposta, em conformidade com a legislação vigente da Capes/UAB, com destaque para a Portaria nº 102, de 10/05/2019, que regulamenta o Art. 7º da Portaria Capes nº 183, de 21/10/2016, prevê-se a realização de processo seletivo com vistas à concessão das bolsas UAB, criadas pela Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006.

Observamos a necessidade de formação de uma equipe mínima, que dê suporte à construção do curso e também a outros aspectos administrativos.

3.1 Formação de Formadores e equipes locais

Para o êxito desse projeto, é necessário que toda a equipe multidisciplinar esteja capacitada para a execução de suas atividades, em especial os professores formadores, os tutores e os coordenadores de polo, que serão responsáveis pela mediação dos conteúdos no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e pela comunicação com e entre os estudantes.

Enquanto no ensino presencial o processo de ensino-aprendizagem é, em sua maior parte, desenvolvido no encontro entre estudantes e professores, ocorridos em sala de aula, na EaD nem sempre essa comunicação será síncrona. Em grande parte do tempo, o estudante irá interagir com o material didático disponibilizado no AVA. Isso exige, então, um grande esforço de planejamento, já que o material deverá estar adequado para facilitar o aprendizado do estudante. No planejamento acontecerá, então, a produção de textos, vídeos, atividades, animações e outras mídias que integrarão a sala virtual. Para que possa desenvolver essas atividades, é imprescindível a formação do professor formador e dos tutores.

No caso dos tutores, são eles que acompanham todas as atividades discentes desenvolvidas no AVA. É o profissional que mais interage com os alunos, respondendo suas dúvidas e corrigindo as atividades. É preciso que esse ator desenvolva habilidades comunicacionais específicas, além de conhecimentos didático-pedagógicos envolvidos no desenvolvimento de um curso a distância. Em relação aos Coordenadores de Curso, as capacitações auxiliarão na mediação afetiva e no planejamento do acompanhamento virtual e presencial dos alunos.

Com a experiência da Setec/MEC e da Capes/UAB de capacitações anteriores para estes perfis de profissionais, percebe-se a necessidade de prepará-los para o trabalho, em consonância com princípios pedagógicos norteadores de suas práticas educativas, evitando assim o instrucionismo e/ou a prática pedagógica baseada meramente na intuição. Sem uma capacitação adequada e contextualizada, envolvendo a metodologia utilizada neste PPC, ocorre uma falta de conhecimento dos professores mediadores sobre ferramentas e suas formas de utilização.

Assim, entende-se a importância de uma capacitação que atenda às necessidades técnico-pedagógicas dos envolvidos nesse projeto de formação a distância, evidenciando não apenas os recursos pedagógicos do AVA, como também as amplas relações e idiosincrasias tecidas, inerentes à modalidade da educação a distância. É a partir dessa concepção que essa formação possui um valioso papel.

A formação está prevista para acontecer em dois momentos: no início do curso, destacando e problematizando questões estruturais e a dinâmica do curso. No segundo momento ela será realizada a cada início de módulo, para que os profissionais (professores formadores, tutores e coordenadores de tutoria e de polo) possam compreender as disciplinas em sua estrutura e funcionamento.

3.2 Corpo Docente e técnico

Os profissionais envolvidos na oferta do Curso de Pós-graduação (Lato Sensu), em nível de especialização, em Docência para a EPT, serão selecionados por edital público, em conformidade com a legislação em vigor da Capes/UAB, conforme descrito anteriormente. Os orientadores dos Trabalhos Finais de Curso (TFC) serão os professores formadores, que após formação específica no curso, terão a função de acompanhar e mediar a construção do TFC pelos alunos.

3.3 Coordenação e Corpo Docente do Curso

As equipes do Curso de Pós-Graduação (Lato Sensu) em Docência para a EPT, oferta Capes/UAB, deverão ser constituídas, minimamente, pelos seguintes perfis de profissionais:

- Coordenador de Curso I: com a função de coordenação do Curso DocentEPT na instituição ofertante;
- Coordenador de Curso II: com a função de coordenação adjunta do Curso DocentEPT na instituição ofertante e no desenvolvimento de projeto de pesquisa referente à avaliação continuada do referido Curso;
- Coordenador de tutoria I: com a função de atuação em atividades de coordenação de tutores do Curso DocentEPT;
- Coordenador de polo: com função de atuação em atividades de coordenação e supervisão de infraestrutura a ser disponibilizada em perfeitas condições de uso para viabilizar atividades realizadas no âmbito do polo;
- Tutoria: com função de atuação em atividades típicas de tutoria desenvolvidas no âmbito do Sistema UAB, voltada para o acompanhamento das disciplinas do Curso DocentEPT;
- Professor Formador I: com função de atuação em atividades típicas de ensino, participantes de projetos de pesquisa e de desenvolvimento de metodologias de ensino do DocentEPT, responsabilizando-se pelas disciplinas ministradas e pela formação de tutores.

Os critérios de constituição de equipes e de pagamento de bolsas estão determinados na Portaria nº 183/2016, regulamentada pela Portaria nº 102/2019 e pela Instrução Normativa Capes/UAB nº 2/2017.

4. Matriz Curricular

O item a seguir apresenta a matriz curricular do curso.

4.1. Componentes Curriculares:

MÓDULO	NÚCLEO	UNIDADES TEMÁTICAS	CARGA HORÁRIA (h)
MÓDULO 1 (105h) 1º Semestre	NÚCLEO COMUM (90h)	Cultura Digital e Educação Profissional e Tecnológica	30
		Trabalho-Educação: Fundamentos teóricos e didáticos I	30
		Trabalho-Educação: Fundamentos teóricos e didáticos II	30
	TCC	Trabalho de Conclusão de Curso I	15

	1º Momento (15h)		
MÓDULO 2 (135h) 2º Semestre	NÚCLEO ESPECÍFICO FASE 1 (120h)	A docência na EPT: contingências históricas e práticas inspiradoras	30
		Práticas educativas integradoras na EPT: teorias e didáticas	30
		Práticas educativas inclusivas na EPT: teorias e didáticas	30
		Práticas educativas na EJA-EPT: teorias e didáticas	30
	TCC 2º Momento (15h)	Trabalho de Conclusão de Curso II	15
MÓDULO 3 (120h) 3º Semestre	NÚCLEO ESPECÍFICO FASE 2 (90h)	Práticas educativas para a permanência e êxito discente na EPT: teorias e didáticas	30
		A pesquisa e a extensão no trabalho pedagógico da EPT: teorias e didáticas	30
		Projetos político-pedagógicos, planos de ensino e avaliação da EPT: teorias e didáticas	30
	TCC 3º Momento (15h)	Trabalho de Conclusão de Curso III	30
Carga horária total do curso			360

A Setec/MEC elaborará um cronograma para a oferta do Curso DocenteEPT, em âmbito nacional, no qual constará um roteiro de implementação para todas as instituições ofertantes do curso, que qual ser ajustado de acordo com a realidade e as peculiaridades locais da oferta.

4.1.1 Certificação

O estudante que obtiver o Certificado de Especialista, emitido pela conclusão deste curso, poderá solicitar diplomação de Licenciado para a Educação Profissional e Tecnológica, desde que se encontre como graduados não licenciados e que realizaram curso de Pós-Graduação lato sensu de Especialização nos termos da Resolução CNE/CES nº 1, de 2018, consoante o art. 53 da Resolução CNE/CP nº 1, de 2021 e por equivalência com o curso destinado à Formação Pedagógica, de acordo com as normas definidas no art. 4 da Resolução CNE/CP nº 1, de 2022, desde que atendidos, cumulativamente, os seguintes

requisitos, , compatível com as formações técnicas referidas no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos:

I – diplomação em curso de graduação de Bacharelado ou de Tecnologia;

II – certificação no curso de Pós-Graduação lato sensu específico de Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica com o mínimo de 360 (trezentas e sessenta) horas, e

III – comprovação de, pelo menos, 400 (quatrocentas) horas de prática pedagógica em docência de componentes curriculares profissionais.

Aos professores graduados, não licenciados, em efetivo exercício docente em unidades curriculares da formação profissional é assegurado o direito de requerer a validação dos estudos e equivalência à Licenciatura em Docência na Educação Profissional Técnica de Nível Médio, nos termos do art. 53 da Resolução CNE/CP nº 1, de 2021 e por equivalência com o curso destinado à Formação Pedagógica, de acordo com as normas definidas no art. 21 da Resolução CNE/CP nº 2, de 2019 desde que atendidos os requisitos apresentados nos itens I, II e III.

A solicitação de equivalência do curso de formação/complementação pedagógica dar-se-á por meio de edital específico. O fluxo do processo de validação definida por meio de instrução normativa emitida pela Pró-reitoria de Ensino (PROEN) do IFSUL.

4.2. Ementário

A seguir, são apresentados os objetivos, as ementas e as bibliografias básica e complementar de cada unidade temática do curso.

4.2.1 Unidades temáticas do núcleo comum

Unidade Temática: Cultura Digital e Educação Profissional e Tecnológica
Carga Horária: 30h
Objetivo: Compartilhar experiências pessoais e profissionais na utilização de recursos digitais. Analisar princípios epistemológicos, éticos e políticos da atuação crítica e criativa e de caráter emancipatório no contexto da cultura digital. Resgatar as contribuições da cultura digital para a atuação dos profissionais da Educação Profissional e Tecnológica como autores, produtores e disseminadores de conhecimentos e transformadores da realidade e do seu entorno.
Ementa: Comunicação e interação mediadas por tecnologias digitais. Alfabetização e

letramento digitais. Educação Profissional e Tecnológica e cultura digital ética, reflexiva, crítica e criativa. Implicações da cultura digital para a prática pedagógica e a gestão na Educação Profissional e Tecnológica. Inclusão digital e acessibilidade na Educação Profissional e Tecnológica.

Bibliografia básica:

BIANCHESSI, Cleber (org.). **Cultura Digital**: novas relações pedagógicas para aprender e ensinar. Curitiba: Bagai, v. 2, 2020. *E-book*. Disponível em:

<https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/585258>. Acesso em: 03 mar. 2024.

BOERES, Sonia. O letramento e a organização da informação digital aliados ao aprendizado ao longo da vida. **Revista Digital Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 483-500, maio/ago. 2018. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8651507/pdf>. Acesso em: 03 mar. 2024.

OLIVEIRA, Achilles Alves de; SILVA, Yara Fonseca de Oliveira. Mediação pedagógica e tecnológica: conceitos e reflexões sobre o ensino na cultura digital. **Rev. Educ. Questão**, Natal, v. 60, n. 64, e-28275, abr. 2022. Disponível em:

http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-77352022000200203&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 03 mar. 2024.

PENHA, Jonas Marques da; ALMEIDA, Larissa Germana Martins de. Cibercultura e Educação Profissional e Tecnológica: letramento digital como potencialidade no ensino médio integrado. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, v. 4, n. 2, p. 80-97, 2020. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/542>. Acesso em: 03 mar. 2024.

ROSA, Cristiane de Oliveira; MILL, Daniel; MEDEIROS, Fernandina Fernandes de Lima. Letramento, educação e cultura digital: uma breve revisão bibliográfica. *In*: Congresso Internacional de Educação e Tecnologias| Encontro de Pesquisadores em Educação e Tecnologias| Congresso de Ensino Superior a Distância| Congresso Internacional de Ensino Superior a Distância, 2022, São Carlos. **Anais do CIET:CIESUD:2022**, São Carlos, set. 2022. Disponível em:

<https://cietenped.ufscar.br/submissao/index.php/2022/article/view/2000/1637>. Acesso em: 03 mar. 2024.

SILVA, Iasmin Ferreira da; FELÍCIO, Cinthia Maria. Mediação de práticas educativas na educação profissional com Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação: considerações a partir da teoria histórico-cultural. **Educitec: Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico**, v. 8, e191222, 2022. Disponível em: <https://sistemascmc.ifam.edu.br/educitec/index.php/educitec/article/view/1912>. Acesso em: 03 mar. 2024.

VILLELA, Ana Paula; PRADO, Jesus Vanderli do; BORGES, Rosimeire Aparecida Soares. Tecnologias digitais nos processos de ensino aprendizagem e inclusão de alunos com deficiência. *In*: Congresso Internacional de Educação e Tecnologias| Encontro de Pesquisadores em Educação e Tecnologias| Congresso de Ensino Superior a Distância| Congresso Internacional de Ensino Superior a Distância. **Anais do CIET:CIESUD:2022**, São Carlos, set. 2022. Disponível em: <https://cietenped.ufscar.br/submissao/index.php/2022/article/download/2108/1923/>. Acesso em: 03 mar. 2024.

Bibliografia complementar:

BOMFIM, Lucilene da Silva Santos.; THEODORO, Yasmine Braga. Letramento crítico a partir de práticas interdisciplinares no contexto da Educação Profissional e Tecnológica. **Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar**, Natal, v. 7, n. 24, 2021. Disponível em: <https://periodicos.apps.uern.br/index.php/RECEI/article/view/3642>. Acesso em: 03 mar. 2024.

KLEIMAN, Angela Bustos.; MARQUES, Ivoneide Bezerra de Araújo Santos. Letramentos e tecnologias digitais na educação profissional e tecnológica. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, Natal, v. 2, n. 15, e7514, 2018. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/7514>. Acesso em: 03 mar. 2024.

MENEZES, Karina Moreira; COUTO, Raqueline de Almeida; SANTOS, Sheila Carine Souza. **Alfabetização, letramento e tecnologias**. Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2019. E-book. Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/553784>. Acesso em: 03 mar. 2024.

SOUSA, Wênia Keila Lima de; LOUREIRO, Robson Carlos; DAVID, Priscila Barros. Integração das TDICs com a docência na educação profissional e tecnológica: uma revisão sistemática da literatura. **Revista Educar Mais**, Pelotas, v. 7, p. 202-220, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/educarmais/article/view/3020>. Acesso em: 03

mar. 2024.

SOUSA, Wênia Keila Lima de; VASCONCELOS, Francisco Herbert Lima. Educação profissional e tecnológica e a utilização das tecnologias digitais no processo de ensino: uma revisão sistemática da literatura. **Devir Educação**, Lavras, v. 7, n. 1, 2023. Disponível em: <https://devireducacao.ded.ufla.br/index.php/DEVIR/article/view/632>. Acesso em: 03 mar. 2024.

ZANK, Cláudia.; RIBEIRO, Jorge Alberto Rosa; BEHAR, Patricia Alejandra. Limites para a alfabetização crítica das mídias digitais na educação profissional. **Revista Educação e Linguagens**, Campo Mourão, v. 2, n. 2, p. 24-38, 5 out. 2020. Disponível em: <https://periodicos.unespar.edu.br/index.php/revistaeduclings/article/view/6353>. Acesso em: 03 mar. 2024.

Unidade Temática: Trabalho-Educação: Fundamentos teóricos e didáticos I

Carga Horária: 30h

Objetivo: Trazer, em caráter introdutório, discussões que envolvam as marcas, os desafios e os avanços da relação entre trabalho e educação no contexto da Educação Profissional e Tecnológica.

Ementa: As vicissitudes dos legados históricos de regulação da Educação Profissional e Tecnológica brasileira: conquistas, reveses e resistências. Trabalho, Educação Profissional e Tecnológica, diversidades, lutas, reivindicações e direitos: gênero, geração, necessidades específicas, etnias, comunidades tradicionais e migrantes. Diferenças de perspectivas na Educação Profissional e Tecnológica: pedagogia histórico-crítica *versus* pragmatismo, teoria do capital humano e lógica das competências.

Bibliografia básica:

FISCHER, Maria Clara Bueno; FRANZOI, Naira Lisboa. Formação Humana e Educação Profissional: Diálogos Possíveis. **Educação, Sociedade & Cultura**, Portugal, v. 29, n. 1, p. 35-51, 2009. Disponível em: <https://www.fpce.up.pt/ciie/revistaesc/ESC29/29ClaraFNairaF.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2024.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e trabalho: bases para debater a educação profissional emancipadora. **Perspectiva**, v. 19, n. 1, p. 71–87, 2001. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/8463>. Acesso em: 21 jan. 2024.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Fazendo pelas mãos a cabeça do trabalhador: o trabalho como elemento pedagógico na formação profissional. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, n. 47, p. 38-45, 1983. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15741983000400004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 19 jan. 2024.

GUIMARÃES, Nadya de Araújo. Qualificação como relação social. In: **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**. Disponível em: <http://www.sites.epsiv.fiocruz.br/dicionario/index.html>. Acesso em: 21 jan. 2024.

IANNI, Octávio. O mundo do trabalho. **São Paulo em Perspectiva**, v.8, n.1, p.2-12, jan.-mar. 1994. Disponível em: http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v08n01/v08n01_01.pdf. Acesso em: 21 jan. 2024.

KUENZER, Acácia Zeneida. Educação profissional: categorias para uma nova pedagogia do trabalho. **Boletim Técnico do Senac**, v. 25, n. 2, p. 18-29, maio-ago. 1999. Disponível em: <https://bts.senac.br/bts/article/view/596>. Acesso em: 18 jan. 2024.

MORAES, Carmem Sylvia Vidigal. A luta dos trabalhadores pelo direito à educação e à formação profissional, em defesa da escola pública: um relato de experiência. **Revista Trabalho Necessário**, v. 21, n. 44, p. 1-38, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/57854>. Acesso em: 21 jan. 2024.

MOURA, Dante Henrique. Educação Básica e EPT: dualidade histórica e perspectivas de integração. **Holos**, [s.l.], v. 2, p. 4-30, 2008. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/11>. Acesso em: 16 jan. 2024.

OLIVEIRA, Ramon de. A Teoria do Capital Humano e a Educação Profissional Brasileira. **Boletim Técnico do Senac**, v. 27, n. 1, p. 26-37, 2001. Disponível em:

<https://www.bts.senac.br/bts/article/view/560>. Acesso em: 21 jan. 2024.

PELISSARI, Lucas Barbosa. A reforma da educação profissional e tecnológica no Brasil: 2016 a 2021. **Educação em Revista**, n. 39, e37056, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-469837056>. Acesso em: 21 jan. 2024.

RAMOS, Marise Nogueira. É possível uma pedagogia das competências contra-hegemônica?: relações entre pedagogia das competências, construtivismo e neopragmatismo. **Trab. educ. saúde** [Internet], v. 1, n. 1, p. 93–114, mar. 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1981-77462003000100008>. Acesso em: 21 jan. 2024.

SAVIANI, Dermeval. Da inspiração à formulação da Pedagogia Histórico-Crítica (PHC). Os três momentos da PHC que toda teoria verdadeiramente crítica deve conter. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 21, n. 62, p. 711–724, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-57622017.0001>. Acesso em: 21 jan. 2024.

Bibliografia complementar:

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima. A reforma do ensino médio do Governo Temer, a educação básica mínima e o cerco ao futuro dos jovens pobres. **Revista Holos**, [s.l.], v. 8, p. 219-232, 2018. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/7065>. Acesso em: 21 jan. 2024.

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima; RODRIGUES, Doriedson do Socorro. Referências sobre práticas formativas em educação profissional: o velho travestido de novo frente ao efetivamente novo. **Boletim Técnico do Senac**, v. 36, n. 2, p. 51-63, 2010. Disponível em: <https://www.bts.senac.br/bts/article/view/218>. Acesso em: 21 jan. 2024.

AZEVEDO, Luiz Alberto; SHIROMA, Eneida Oto; COAN, Marival. As políticas públicas para a educação profissional e tecnológica: sucessivas reformas para atender a quem. **Boletim Técnico do Senac**, v. 38, n. 2, p. 27-40, 2012. Disponível em: <https://www.bts.senac.br/bts/article/view/164>. Acesso em: 21 jan. 2024.

CAETANO, Maria Raquel; LOPONTE, Luciana Neves. **Histórias e Memórias em Educação**

Profissional e Tecnológica. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021. Disponível em: <https://pedroejoaoeditores.com.br/produto/historias-e-memorias-em-educacao-profissional-e-tecnologica/>. Acesso em: 21 jan. 2024.

CLOVES, Alexandre de Castro; PLÁCIDO, Reginaldo Leandro; SCHENKEL, Cladecir Alberto. História socioespacial do trabalho no Brasil, educação profissional tecnológica e a questão regional. **Revista Labor**, v. 1, n. 24, p. 331-355, 19 out. 2020. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/labor/article/view/44200>. Acesso em: 16 jan. 2024.

CLOVES, Alexandre de Castro; PLÁCIDO, Reginaldo Leandro; MEDEIROS, Ivonete Telles. Educação Tecnológica no Brasil: A Geopolítica e a Geografia Política do processo histórico. **Metodologias e Aprendizado**, v. 6, p. 516-533, 2023. Disponível em: <https://publicacoes.ifc.edu.br/index.php/metapre/article/view/3983>. Acesso em: 21 jan. 2024.

CIAVATTA, Maria. A produção do conhecimento sobre a configuração do campo da educação profissional e tecnológica. **Holos**, [s. l.], v. 6, p. 33–49, 2016. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/5013>. Acesso em: 21 jan. 2024.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Ensino médio e técnico profissional: disputa de concepções e precariedade. 2013. In: **EMdiálogoamazonia: Ensino Médio em foco**. Disponível em: <http://emdiologoamazonia.blogspot.com.br/2013/03/ensino-medio-e-tecnico-profissional.html>. Acesso em: 21 jan. 2024.

LIMA FILHO, Domingos Leite; QUELUZ, Gilson Leandro. A tecnologia e a educação tecnológica: elementos para uma sistematização conceitual. **Educ. Tecnol.**, Belo Horizonte, v.10, n.1, p.19-28, jan./jun. 2005. Disponível em: <https://www.seer.dppg.cefetmg.br/index.php/revista-et/article/view/71>. Acesso em: 21 jan. 2024.

POCHMANN, Márcio. Tendências estruturais do mundo do trabalho no Brasil. **Ciência e coletiva**, v. 25, n.1, dez. 2019-jan. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2020.v25n1/89-99/>. Acesso em: 21 jan. 2024.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. (Coleção formação pedagógica; v. 5). Disponível em:

<https://ifpr.edu.br/curitiba/wp-content/uploads/sites/11/2016/05/Historia-e-politica-da-educacao-profissional.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2024.

RODRIGUES, Doriedson do Socorro. A integração saberes e conhecimentos escolares em processos formativos: o que dizem as pesquisas e as escolas. **Revista Humanidades e Inovação**, v. 7, n. 12, 2020. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/3062>. Acesso em: 21 jan. 2024.

SILVA, Luciane Teixeira da; NOSELLA, Paolo. A “cultura extrema” enquanto estratégia de hegemonia: uma análise a partir dos escritos de Antonio Gramsci. **Revista Labor**, Fortaleza, v. 1, n. 22, p. 19-31, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/51499/1/2019_art_Itsilvapnosella.pdf. Acesso em: 18 jan. 2024.

Recursos educacionais:

LEITURAS BRASILEIRAS. Dermeval Saviani / **A Pedagogia Histórico-Crítica**. Youtube, 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=13ojrNgMChk&t=341s>. Acesso em: 26 jan. 2024.

SCHIEDECK, Silvia; FRANÇA, Maria Cristina Caminha de Castilhos. **A origem de uma nova institucionalidade em EPT: narrativas e memórias sobre os Institutos Federais**. Porto Alegre: IFRS/ProfEPT, 2019. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/433129>. Acesso em: 8 jan. 2024.

BASTOS, Rafael. Gaudêncio Frigotto / **A educação como capital humano** - parte I. Youtube, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VnL8tGw6LNA>. Acesso em: 26 jan. 2024.

BASTOS, Rafael. Gaudêncio Frigotto / **A educação como capital humano** - parte II. Youtube, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4i1Y59zy7SY>. Acesso em: 26 jan. 2024.

IndustriALL_GU. **Episódio 1 Transformações e Desafios no Mundo do Trabalho**. Youtube, 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=jS_OzdTFwqM. Acesso em: 26 jan. 2024.

Unidade Temática: Trabalho-Educação: Fundamentos teóricos e didáticos II

Carga Horária: 30h

Objetivo: Propiciar, em continuidade à introdução da Unidade Temática I, discussões e reflexões que envolvam as marcas, os desafios e os avanços da relação entre trabalho e educação no contexto da Educação Profissional e Tecnológica.

Ementa: O princípio pedagógico do trabalho, potencialidades e possibilidades de efetivação da escola unitária, da omnilateralidade e da politecnia. Ensino integrado: definições, obstáculos, tensões e avanços teóricos e práticos. Práxis transformadora: perspectivas e oportunidades emancipatórias frente ao panorama atual do mundo do trabalho, implicações, protagonismos e contribuições da prática docente, da gestão e da EaD.

Bibliografia básica:

Clavatta, Maria. O ensino integrado, a politecnia e a educação omnilateral. Por que lutamos?. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 187-205, jan.-abr. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9303>. Acesso em: 21 jan. 2024.

Machado, Lucília Regina de Souza. Politecnia, escola unitária e trabalho: lições do passado e do presente. **Revista Trabalho Necessário**, ano 13, n. 20, p. 234-251, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/tn.13i20.p8620>. Acesso em: 21 jan. 2024.

Machado, Lucília Regina de Souza. O trabalho como referência para a formação e a democracia. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, Natal, v.1, n.26, 2023. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/15167>. Acesso em: 20 jan. 2024.

Martins, Marcos Francisco. Gramsci, Educação e Escola Unitária. **Educação e Pesquisa**, v. 47, p. e226099, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202147226099>. Acesso em: 20 jan. 2024.

Moura, Dante Henrique. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectiva de integração. **Holos**, Natal, v. 2, p. 1-27, 2007. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/11>. Acesso em: 20 jan. 2024.

RAMOS, Marise Nogueira. Ensino médio integrado: da conceituação à operacionalização. **Revista Cadernos de Pesquisa em Educação**, ano 11, v. 19, n. 39, p. 15-29, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/educacao/article/view/10243>. Acesso em: 20 jan. 2024.

RAMOS, Marise Nogueira. Filosofia da Práxis e práticas pedagógicas de formação de trabalhadores. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, MG, v. 23, n. 1, p. 207-218, jan./abr. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9306>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, p. 152-180, jan./abr. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wBnPGNkvstzMTLYkmXdrkWP/?lang=pt>. Acesso em: 03 jan. 2024.

Bibliografia complementar:

ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de; SÁ, Giedre Teresinha Ragnini de. Políticas educacionais e pesquisa acadêmica: uma reflexão sobre a escola unitária em Antonio Gramsci enquanto um objeto de investigação. **Série-Estudos - Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB**, n.40, p. 223–237, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://serieucdb.emnuvens.com.br/serie-estudos/article/view/876>. Acesso em: 20 jan. 2024.

ALVES, Leandro Marcos Salgado; PLÁCIDO, Reginaldo Leandro; FARIA, Filipe Pereira; ROHR, Michel Luís. Retalhos de experiências exitosas em educação profissional e tecnológica. **Debates em Educação**, Maceió, v. 11, n. 24, mai.-ago. 2019. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/ojs2-somente-consulta/index.php/debateseducacao/article/view/6910>. Acesso em: 20 jan. 2024.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. **Revista Trabalho Necessário**, v. 3, n. 3, 2005. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6122>. Acesso em: 20 jan. 2024.

CHISTÉ, Priscila de Souza. Educação Profissional no Brasil: reflexões sobre o ensino médio integrado. **Revista Eletrônica Debates em Educação Científica e Tecnológica**, v. 4, n. 2, p.

86 - 113, 2014. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/dect/article/view/78>. Acesso em: 02 fev. 2024.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. A politecnia nos debates pedagógicos soviéticos das décadas de 20 e 30. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 1, n.18, 2020, p. 1-26. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/9575/2568>. Acesso em: 8 jan. 2024.

MOURA, Dante Henrique. A organização curricular do ensino médio integrado a partir do eixo estruturante: trabalho, ciência, tecnologia e cultura. **Revista Labor**, v.1, n.7, 2012. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/23326/1/2012_art_drmoura.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

OLIVEIRA, Ramon de. Ensino médio integrado: desafios para os que lutam por uma escola emancipatória. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [s. l.], v. 1, n. 23, p. e14688, 2023. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/14688>. Acesso em: 20 jan. 2024.

RAMOS, Marise Nogueira. Escola Unitária. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, pp. 341-347, 2012. Disponível em: <https://www.epsvj.fiocruz.br/sites/default/files/l191.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2024.

RAMOS, Marise Nogueira. Práxis e pragmatismo: referências contrapostas dos saberes profissionais. In: SÁ, Maria Roseli Gomes Brito de; FARTES, Vera Lúcia Bueno (Orgs.). **Currículo, formação e saberes profissionais: a (re)valorização epistemológica da experiência**. Salvador: EDUFBA, p. 221, 2010. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/39226>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SAVIANI, Dermeval; DUARTE, Newton. A formação humana na perspectiva histórico-ontológica. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, v. 15, n. 45, p. 422-590, set./dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/yXjXQvzWfhSp5VNhX6KqKLh/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 16 jan. 2024.

SILVA, Deise Rosálio. A perspectiva pedagógica de Antonio Gramsci. *In*: BOTO, Carlota. **Clássicos do pensamento pedagógico: olhares entrecruzados** [online]. Uberlândia: EDUFU, História, Pensamento, Educação Collection. Novas Investigações series, v. 9. pp. 141-170, 2019. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/fjnhs/pdf/boto-9786558240273-08.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2024.

Recursos educacionais:

BRAGA, Osório Esdras Guimarães; PRATES, Admilson Eustáquio. **O trabalho como princípio educativo no Ensino Médio Integrado do IFNMG**. Montes Claros: IFNMG/ProfEPT. Youtube, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YlgGbzhirg>. Acesso em: 08 jan. 2024.

SILVA, Marilene Veiga da; BRASILEIRO, Beatriz Gonçalves. **Os sentidos do trabalho e os conceitos essenciais da EPT: um guia para estudantes, professores e gestores**, 2023. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/740867>. Acesso em: 09 jan. 2024.

ANTUNES, Ricardo. **Trabalho intermitente e o trabalhador hoje no Brasil**. Youtube, 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=UMYovnOhk_A. Acesso em: 30 jan 2024.

4.2.2 Unidades temáticas do núcleo específico

Unidade Temática: A Docência na EPT: contingências históricas e práticas inspiradoras
Carga Horária: 30h
Objetivo: Aprofundar, em uma perspectiva histórica e interdisciplinar, a temática do trabalho, da formação e da profissionalização docente na EPT.
Ementa: A construção histórico-cultural do trabalho docente na EPT. As especificidades da docência na EPT. A realidade educacional enfrentada pelos docentes da EPT.

Configurações do trabalho docente na EPT. A multideterminação das vulnerabilidades da docência na EPT e suas implicações sociais e educacionais. A relação entre identidade profissional, reconhecimento social e ética profissional na docência em EPT. Os saberes da docência e a formação do docente da EPT. Narrativas da experiência em docência na EPT e suas inspirações para mudanças nas situações e rotinas dos profissionais professores dessa modalidade educacional.

Bibliografia básica:

ARROYO, Miguel Gonzalez. Produção de saber em situação de trabalho: o trabalho docente. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 51–61, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/8973>. Acesso em: 19 jan. 2024.

FRANZOI, Naira Lisboa; SILVA, Carla Odete Balestro. Desvelando os saberes da docência na Educação Profissional. **Boletim Técnico do Senac**, v. 40, n. 3, p. 38-57, 19 dez. 2014. Disponível em: <https://www.bts.senac.br/bts/article/view/78>. Acesso em: 20 jan. 2024.

LORENZET, Deloize; ANDREOLLA, Felipe. Formação de educadores para a educação profissional: a articulação ensino-pesquisa-extensão. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [s. l.], v. 1, n. 18, p. e6136, 2020. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/6136>. Acesso em: 20 jan. 2024.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. Diferenciais inovadores na formação de professores para a educação profissional. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 8–22, 2015. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/2862>. Acesso em: 20 jan. 2024.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. O desafio da formação de professores para a EPT e PROEJA. **Educação & Sociedade** (Impresso), v. 32, p. 689-704, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/DDvbwbydBPtJC4TwYf4gRB/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 jan. 2024.

MOURA, Dante Henrique. A formação de docentes para a educação profissional e tecnológica. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 23–38, 2015. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/2863>. Acesso em: 20 jan.

2024.

OLIVEIRA, Maria Rita Neto Sales. Formação de Professores para a Educação Profissional: concepções, contexto e categorias. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 26, n. 2, p. 47–64, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9680>. Acesso em: 19 jan. 2024.

ORSO, Paulino José. O desafio da formação do educador na perspectiva do marxismo. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, número especial, p. 58-73, abr. 2011. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639895/7458>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SAVIANI, Demerval. Os saberes implicados na formação do educador. In: BICUDO, Maria Aparecida; SILVA JUNIOR, Celestino Alves (Orgs.). **Formação do educador**: dever do Estado, tarefa da Universidade. São Paulo: Unesp, 1996. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1212495/mod_resource/content/1/Texto%203%20Saviani%20Os%20saberes%20implicados%20na%20forma%C3%A7%C3%A3o%20do%20educador.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

URBANETZ, Sandra Terezinha. Uma ilustre desconhecida: a formação docente para a educação profissional. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 12, n. 37, p. 863-883, set./dez. 2012. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/de/v12n37/v12n37a13.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2024.

Bibliografia complementar:

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima. Formação de Docentes para a Educação Profissional e Tecnológica: por uma pedagogia integradora da educação profissional. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 17, n. 2, mai./ago. 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/8586>. Acesso em: 20 jan. 2024.

CARNEIRO, Isabel Magda Said Pierre; CAVALCANTE, Maria Marina Dias; LOPES, Fátima Maria Nobre. Perspectivas para a formação didático pedagógica de bacharéis e tecnólogos. **Cadernos GPOSSHE On-line**, v. 1, n. 1, 2018. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/235714552.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2024.

MORAIS, João Kaio Cavalcante de; HENRIQUE, Ana Lúcia Sarmento. O professor licenciado na educação profissional: quais são os saberes docentes que alicerçam seu trabalho?

Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica, [s. l.], v. 1, n. 7, p. 66–74, 2016. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/3499>. Acesso em: 20 jan. 2024.

PASQUALLI, Roberta; VIELLA, Maria dos Anjos Lopes; VIEIRA, Josimar de Aparecido. Desafio da docência na Educação Profissional e Tecnológica nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia do Brasil. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 39, e73172, 2023. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/er/a/JBS8tmBKd8gZhKNg8p6w68q/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 jan. 2024.

PENA, Geralda Aparecida de Carvalho. Prática docente na educação profissional e tecnológica: os conhecimentos que subsidiam os professores de cursos técnicos.

Formação Docente – Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores, [s. l.], v. 8, n. 15, p. 79–94, 2016. Disponível em: <https://www.revformacaodocente.com.br/index.php/rbpfp/article/view/142>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SILVA, Caetana Juracy Rezende; CARVALHO, Olgamir Francisco de. Aspectos epistemológicos e pedagógicos da educação profissional e tecnológica: implicações para a prática docente. **Linhas Críticas**, v. 22, n. 49, set-dez. 2016, p. 598-618. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1935/193551294006.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SILVA, Fernanda Rebeca Araújo da; CAMPOS, Alessandra Tomé Campos; SOUZA, Ana Cláudia Ribeiro de; LEAL, Davi Avelino; AZEVEDO, Rosa Oliveira Martins. Os saberes docentes para a formação de professores da educação profissional e tecnológica. **Educitec - Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico**, Manaus, Brasil, v. 1, n. 1, 2015. Disponível em:

<https://sistemascmc.ifam.edu.br/educitec/index.php/educitec/article/view/23>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SILVEIRA, Renê Trentin. A Relação Professor-aluno de uma Perspectiva Gramsciana. **Educação & Realidade**, v. 43, n. 1, p. 97–114, jan. 2018. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/edreal/a/QPNLhBM5344NYjGyWJMPvwP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SOUSA, Laura Maria Andrade de; MOURA, Maria da Glória Carvalho. A especificidade da docência na educação profissional e tecnológica: desafios e perspectivas. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [s. l.], v. 1, n. 16, p. e7506, 2019. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/7506>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SOUZA, Francisco das Chagas Silva; RODRIGUES, Iaponira da Silva. Formação de professores para educação profissional no Brasil: percurso histórico e desafios contemporâneos. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 17, n. 2, p. 621–638, 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8644682>. Acesso em: 20 jan. 2024.

VIEIRA, Marilandi Maria Mascarello. Formação de professores da educação profissional: análise de produções acadêmicas. **HOLOS**, [s. l.], v. 2, p. 243–258, 2018. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/3160>. Acesso em: 20 jan. 2024.

Recursos educacionais:

URNAUER, Simone; URBANETZ, Sandra Terezinha. **Trabalho e Educação**: uma proposta de formação docente. Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/432148>. Acesso em: 24 jan. 2024.

Unidade Temática: Práticas Educativas Integradoras na EPT: teorias e didáticas

Carga Horária: 30h

Objetivo: Discutir questões conceituais e de implementação da proposta de ensino integrado a partir de experiências práticas e de contribuições de pesquisadores que focalizam essa temática na EPT.

Ementa: Ensino integrado como forma e conteúdo. A práxis como referência pedagógica do ensino integrado. A Integração como princípio de articulação entre teoria e prática, entre escolarização e profissionalização, entre saberes sociais e saberes científicos, entre

diferentes disciplinas e áreas de saberes. Arranjos curriculares e ensino integrado. Estratégias de ensinar e de aprender que podem favorecer a formação integrada. A avaliação educacional sob a perspectiva de integração. Experiências inspiradoras de ensino integrado no Brasil contemporâneo.

Bibliografia básica:

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima; FRIGOTTO, Gaudêncio. Práticas pedagógicas e ensino integrado. **Revista Educação em Questão**, [s. l.], v. 52, n. 38, p. 61–80, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/7956>. Acesso em: 19 jan. 2024.

BRAGA, Ialê Falleiros; LOPES, Marcia Cavalcanti Raposo. Uma experiência pedagógica no ensino médio integrado: pesquisando os agentes comunitários de saúde. **Trabalho, Educação e Saúde**, [s. l.], v. 6, n. 2, 2022. Disponível em: <https://www.tes.epsjv.fiocruz.br/index.php/tes/article/view/1715>. Acesso em: 20 jan. 2024.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. **Trabalho Necessário**, v. 3, n. 3, 2005. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6122>. Acesso em: 20 jan. 2024.

HENRIQUE, Ana Lúcia Sarmento; NASCIMENTO, José Mateus do. Sobre práticas integradoras: um estudo de ações pedagógicas na educação básica. **HOLOS**, [s. l.], v. 4, p. 63–76, 2015. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/3188>. Acesso em: 20 jan. 2024.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. Saberes tecnológicos, teoria da atividade e processos pedagógicos. **Trabalho & Educação**, v. 22, n. 1, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/8933/6423>. Acesso em: 20 jan. 2024.

RAMOS, Marise Nogueira. Currículo Integrado. In: PEREIRA, Isabel; LIMA, Júlio César França. **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz. Disponível em: <http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/curint.html>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SILVA, Kátia Augusta Curado Pinheiro Cordeiro da. Epistemologia da práxis na formação de professores: perspectiva crítico-emancipadora. **Revista Ciências Humanas**, v. 18, n. 2, p. 121-135, set./dez. 2017. Disponível em: <http://revistas.fw.uri.br/index.php/revistadech/article/view/2468>. Acesso em: 20 jan. 2024.

Bibliografia complementar:

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima; COSTA, Ana Maria Raiol da. Lições da experimentação do ensino médio integrado como projeto de emancipação. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 26, n. 2, p. 115–130, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9610>. Acesso em: 19 jan. 2024.

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima; RODRIGUES, Doriedson do Socorro. Filosofia da Práxis e Ensino Integrado: para além da questão curricular. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p. 11–22, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/8672php/trabedu/article/view/8672>. Acesso em: 19 jan. 2024.

CASTRO, Angeline Santos; DUARTE NETO, José Henrique. Ensino médio integrado à educação profissional e tecnológica: a relação entre o currículo integrado e a prática pedagógica docente. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [s. l.], v. 1, n. 20, p. e11088, 2021. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/11088>. Acesso em: 20 jan. 2024.

COSTA, Breno Augusto da; MARTINS, Adriano Eurípedes Medeiros. Lógica dialética e educação: um estudo introdutório a partir do pensamento de Álvaro Vieira Pinto. **Educ Pesqui** [Internet]. 2019; 45:e188483. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634201945188483>. Acesso em: 20 jan. 2024.

GONÇALVES, Lúcia Xavier; MOURA, Dante Henrique; TAVARES, Andreza Maria Batista do Nascimento. Currículo integrado na Educação Profissional. **Revista Faculdade Famen - Reffen**, [s. l.], v. 4, n. 1, p. 130–141, 2023. Disponível em: <https://revistafamen.com.br/index.php/revistafamen/article/view/85>. Acesso em: 20 jan. 2024.

MACHADO, Ilma Ferreira; SILVA, Rose Márcia da; SOUZA, Maria de Lourdes Jorge de.

Avaliação de aprendizagem nos contornos do currículo integrado no ensino médio. **Cad CEDES** [Internet]. 36(99), p. 207–21, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/QpfvxFsPJgZ93xKngG9MPHv/?lang=pt>. Acesso em: 20 jan. 2024.

MORAIS, Jaciária de Medeiros; SOUZA, Ana Paula; COSTA, Temilson. A relação teoria e prática: investigando as compreensões de professores que atuam na educação profissional. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [s. l.], v. 1, n. 12, p. 111–124, 2017. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/5720>. Acesso em: 20 jan. 2024.

PARASKEVA, João Menelau; GARDIN, Luís Armando; HYPOLITO, Álvaro Moreira. A imperiosa necessidade de uma teoria e prática pedagógica radical crítica: Diálogo com Jurjo Torres Santomé. **Currículo sem Fronteiras**, v. 4, n. 2, p. 5-32, jul./dez. 2004. Disponível em: <https://jurjotorres.com/?p=4138>. Acesso em: 20 jan. 2024.

PASQUALLI, Roberta.; SILVA, Vosnei da; SILVA, Adriano Larentes da. Limites e potencialidades de materialização do currículo integrado: uma análise dos planos de ensino e diários de classe. **Revista Contexto & Educação**, [s. l.], v. 34, n. 109, p. 104-120, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/7631>. Acesso em: 20 jan. 2024.

PAULA, Joaracy Lima de Paula; HENRIQUE, Ana Lúcia Sarmento. Educação ambiental na educação profissional: caminhando em direção à formação humana integral. **Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar**, [s. l.], v. 2, n. 5, 2020. Disponível em: <https://periodicos.apps.uern.br/index.php/RECEI/article/view/844>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SILVA, Luzinete Moreira da; MELO, Ticiane Gonçalves Sousa de Melo; NASCIMENTO, José Mateus do. Ensino Médio integrado e práticas pedagógicas integradoras: caminhos para a formação humana integral. **Revista Brasileira da Educação Profissional Tecnológica**, v. 1, n. 8, out. 2015. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/3560>. Acesso em: 20 jan. 2024.

Recursos educacionais:

AGNOLIN, Sandra Lígia; ESCOTT, Clarice Monteiro. **Reformulação de Proposta Curricular de Cursos do Ensino Médio Integrado**: um caminho possível para a integração curricular. Porto Alegre: IFRS/ProfEPT, 2022. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/741169>. Acesso em: 09 jan. 2024.

LOPES FILHO, Evandro José Branches; SALAZAR, Deuzilene Marques. **Potencializando o ensino médio integrado**: um catálogo de produtos educacionais do ProfEPT. Manaus, 2021. Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/642665>. Acesso em: 25 jan. 2024.

Unidade Temática: Práticas Educativas Inclusivas na EPT: teorias e didáticas

Carga Horária: 30h

Objetivo: Estimular debates sobre como as diversidades se apresentam no mundo do trabalho, nas relações sociais e na Educação Profissional e Tecnológica considerando as possibilidades de superação das práticas excludentes, discriminatórias e racistas.

Ementa: A educação inclusiva como estratégia de garantia do direito à educação. Diversidade como dimensão constitutiva da condição humana, alteridade e direitos humanos. Educação inclusiva: os enfoques da inclusão e da integração. Desigualdades e diferenças na Educação Profissional e Tecnológica: classe, gênero, raça, etnia, geração, pessoas com deficiência, indígenas, comunidades tradicionais, migrantes. A Educação Profissional e Tecnológica como espaço de interação social, de natureza multi e intercultural. A construção da Educação Profissional e Tecnológica com base na(s) diversidade(s) de pessoas, modos de vida e culturas. A legislação brasileira referente à inclusão escolar. Experiências inspiradoras de combate aos preconceitos e de afirmação dos direitos na Educação Profissional e Tecnológica.

Bibliografia básica:

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima. Ensino médio brasileiro: dualidade, diferenciação e desigualdade social. **Cadernos de Pesquisa**, São Luís, v. 26, n. 4, p. 107–122, 2019. Disponível em: <https://periodicosletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/13051>. Acesso em: 20 jan. 2024.

ARROYO, Miguel Gonzalez. Trabalho e educação nas disputas por projetos de campo. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 21, n. 3, p. 81–93, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9092>. Acesso em: 19 jan. 2024.

AZEVEDO, Gustavo Maurício Estevão. Incluir é sinônimo de dignidade humana. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 46–53, 2015. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/2868>. Acesso em: 30 jan. 2024.

GONÇALVES, Suênia Cavalcante Pereira; CAVALCANTE, Ilane Ferreira. Um estado do conhecimento sobre a inclusão da pessoa com deficiência na educação profissional a partir do NAPNE/IFRN. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [s. l.], v. 2, n. 23, p. e15579, 2023. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/15579>. Acesso em: 30 jan. 2024.

GROPPO, Luís Antonio; SILVEIRA, Isabella Batista. Juventude, classe social e política: reflexões teóricas inspiradas pelo movimento das ocupações estudantis no Brasil. **Argumentum**, v.12, n.1, p. 7–21, 2020. Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/ocupacoessecundaristas/wp-content/uploads/sites/207/2021/08/20.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2024.

LOPES, Sabrina Fernandes Pereira; QUIRINO, Raquel. Relações de Gênero e Sexismo na Educação Profissional e Tecnológica. **Cad. Gên. Tecnol.**, Curitiba, v. 10, n. 36, p. 58-71, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://revistas.utfpr.edu.br/cgt/article/viewFile/7676/4796>. Acesso em: 20 jan. 2024.

PAIXÃO, Márcia Valéria; MOREIRA, Ruth Mari; FRANDJI, Welington dos Santos. A educação profissional e tecnológica como um dos alicerces para a garantia dos direitos humanos: um resgate histórico nessa relação. **Revista SCIAS. Direitos Humanos e Educação**, Belo Horizonte/MG, v. 5, n. 2, p. 60-79, jul./dez. 2022. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/sciasdireitoshumanoseducacao/article/view/7113/4401>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SANTOS, Degmar dos; HERINGER, Nídia; WIESE, Iria Raquel Borges; SILVA, Mario

Rodrigues da. A Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica indo além do tecnicismo: um estudo de questões de gênero e relações étnico-raciais nos PDIS. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/As (ABPN)**, v.7, n.17, p. 102–121, 2015. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/74>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SANTOS, Elza Ferreira; SANTOS, Ieda Fraga; NERY, Marco Arlindo Amorim Melo. Relações de gênero e educação profissional: a presença das mulheres. **Educ. Teoria Prática**, Rio Claro, v. 30, n. 63, 2020. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1981-81062020000100094&script=sci_arttext. Acesso em: 20 jan. 2024.

VIANA, Priscila Ribeiro; MAGALHÃES, Luciana de Oliveira Rocha. Estratégias anticapacitistas na educação profissional: concepções que estruturam a escola e a sociedade. **Revista Ciências Humanas**, [s. l.], v. 16, n. 2, 2023. Disponível em: <https://www.rchunitau.com.br/index.php/rch/article/view/993>. Acesso em: 20 jan. 2024.

Bibliografia complementar:

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima; SILVA, Luciane Teixeira da. A formação por alternância: uma proposta em movimento e em disputa. **Educação e Sociedade**, v. 44, p. e267799, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES.267799>. Acesso em: 20 jan. 2024.

BRASIL. Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Educação Profissional e Tecnológica Integrada à Educação Escolar Indígena. **Documento Base**. 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/proeja_indigena.pdf. Acesso em: 30 jan. 2024.

FERRETTI, Celso João; ZIBAS, Dagmar Maria Leopoldi; TARTUCE, Gisela Lobo B. P. Protagonismo juvenil na literatura especializada e na reforma do ensino médio. **Cad. Pesqui.** [online], v. 34, n. 122, pp.411-423, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/CfWXW5h9BRT5twmQQhJpRnM/?lang=pt#>. Acesso em: 20 jan. 2024.

GROPPO, Luís Antonio. Sentidos de juventude na sociologia e nas políticas públicas do Brasil contemporâneo. **Revista de Políticas Públicas**, v. 20, n. 1, p. 383–402, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.18764/2178-2865.v20n1p383-402>. Acesso em: 20 jan. 2024.

HONORATO, Tony. Infância, escola e desigualdade social no Brasil. **Revista (Con) Textos Linguísticos**, v. 10, n. 15, 2016. Disponível em:

<https://periodicos.ufes.br/contextoslinguisticos/article/view/13503>. Acesso em: 20 jan. 2024.

OLIVEIRA, Ilzimar Gloria Ferreira; TEIXEIRA, Ana Maria Freitas. Espaços alternativos de educação para o trabalho, formação e prática dos educadores em contextos de vulnerabilidade social. **Revista LABOR**, Fortaleza, v. 2, n. 24, p. 228-251, jul./dez. 2020. Disponível em:

https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/59581/1/2020_art_igfoliveiraamfteixeira.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

SANTOS, Iraneide Nascimento dos; SILVA NETA, Maria de Lourdes da; SANTOS, Carolina da Franca Bandeira Ferreira. Relações étnico-raciais na educação profissional e tecnológica: uma revisão integrativa. **SciELO Preprints**, 2022. Disponível em:

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.4651>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SANTOS, Simone Valdete dos; MÜLLING, Juliana da Cruz. A presença de estudantes indígenas na educação profissional e tecnológica. **Revista Educação (PUCRS)**, v. 42, n. 3, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1981-2582.2019.3.33245>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SOUZA, Ana Cláudia Ribeiro de; NICOLAU, Paulo Roberto Arce. A educação profissional e tecnológica indígena: travessia para a politecnia universal. **Revista Labor**, [s. l.], v. 1, n. 23, p. 244–259, 2020. Disponível em:

<http://www.periodicos.ufc.br/labor/article/view/44563>. Acesso em: 19 jan. 2024.

Recursos educacionais:

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima. **Saberes da Juventude Amazônia**: um documentário sobre as experiências de jovens egressos da Casa Familiar Rural de Gurupá-Pa. Youtube, 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YCd7rgjLXxU>. Acesso em: 20 jan. 2024.

ARAUJO, Claudilena Corrêa; FERNANDES, Déa Nunes. **Proposta didática para estudo de gênero-trabalho-poder na EPT**. Maranhão: IFMA/ProfEPT, 2021. Disponível em:

<https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/703071>. Acesso em: 11 jan. 2024.

OLIVEIRA, Helder Felipe de; PRESTES, Liliane Madruga. **Juventudes negras, educação profissional e mundo do trabalho**: guia de atividades com oficinas de Letramento Racial para a promoção de uma Educação Antirracista no contexto da Educação Profissional e Tecnológica. Porto Alegre, RS: IFRS/ProfEPT, 2023. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/732698>. Acesso em: 11 jan. 2024.

MEDEIROS, Milene Soares de; SANTOS, Elza Ferreira. **LGBT e trabalho**: uma jornada de conquista e liberdade. EduCAPES, 2020. Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/568184>. Acesso em: 25 jan. 2024.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Aprisionados por promessas a escravidão contemporânea no campo brasileiro**. EduCAPES, [2006-2008]. Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/489528>. Acesso em: 25 jan. 2024.

Unidade Temática: Práticas Educativas na EJA-EPT: teorias e didáticas

Carga Horária: 30h

Objetivo: Propiciar subsídios para a compreensão dos marcos históricos, políticos e legais da Educação Profissional e Tecnológica articulada com a Educação de Jovens e Adultos e dos referenciais pedagógicos emancipatórios para a atuação docente nesse campo.

Ementa: O direito à educação na legislação brasileira com ênfase na Educação de Jovens e Adultos. A diversidade dos sujeitos que participam da Educação de Jovens e Adultos em diferentes contextos sociais e culturais. Processos cognitivos e culturais da aprendizagem dos jovens e adultos. Diferentes possibilidades de materialização dos currículos integrados nos ensinos fundamental e médio da EJA articulada com a EPT. A experiência do Proeja. Procedimentos metodológicos específicos para se trabalhar a aprendizagem em EJA articulada com a EPT. Propostas de avaliação da aprendizagem que contemplem as especificidades dos sujeitos da EJA. Experiências inspiradoras de docência na EJA-EPT.

Bibliografia básica:

ARANHA, Antônia Vitória Soares. Andragogia: avanço pedagógico ou “pedagogia de resultados” na educação profissional de alunos adultos/ trabalhadores?. **Educação em**

Revista, v. 18, n. 36, 2002. Disponível em:

<https://periodicos.ufmg.br/index.php/edrevista/article/view/44949>. Acesso em: 19 jan. 2024.

ARANHA, Antônia Vitória Soares. Relação entre o conhecimento escolar e o conhecimento produzido no trabalho: dilemas da educação do adulto trabalhador. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 103–114, 2012. Disponível em:

<https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/8978>. Acesso em: 19 jan. 2024.

ARROYO, Miguel Gonzalez. Balanço da EJA: o que mudou nos modos de vida dos jovens-adultos populares? **REVEJ@ - Revista de Educação de Jovens e Adultos**, v. 1, n. 0, p. 1-108, ago. 2007. Disponível em: <https://nedeja.uff.br/wp-content/uploads/sites/223/2020/05/Balano-da-EJA-MiguelArroyo.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2024.

HENRIQUE, Ana Lúcia Sarmento; NASCIMENTO, José Mateus do. Sobre práticas integradoras: um estudo de ações pedagógicas na educação básica. **HOLOS**, [s. l.], v. 4, p. 63–76, 2015. Disponível em:

<https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/3188>. Acesso em: 31 jan. 2024.

MOURA, Dante Henrique; HENRIQUE, Ana Lúcia Sarmento. PROEJA: entre desafios e possibilidades. **HOLOS**, [s. l.], v. 2, p. 114–129, 2012. Disponível em:

<https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/914>. Acesso em: 18 jan. 2024.

OLIVEIRA, Betty Oliveira; DUARTE, Newton. Alguns obstáculos crônicos da educação de jovens e adultos. **Em Aberto**, v. 5, n. 30, p. 1986. Disponível em:

<http://emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/1957>. Acesso em: 19 jan. 2024.

PAIVA, Jane. Histórico da EJA no Brasil: descontinuidades e políticas públicas insuficientes. **PROEJA: formação técnica integrada ao ensino médio**. Brasília: Ministério da Educação, Boletim 16, 2006. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/boletim_salto16.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

SILVA, Gercivania Gomes da; OLIVEIRA, Francisco Kelsen de. Material didático utilizado na Educação Profissional de Jovens e Adultos: uma revisão sistemática da literatura. **Revista Semiárido De Visu**, [s. l.], v. 9, n. 3, p. 335–343, 2021. Disponível em: <https://semiaridodevisu.ifsertao-pe.edu.br/index.php/rsdv/article/view/308>. Acesso em: 20 jan. 2024.

HENRIQUE, Ana Lúcia Sarmiento; SILVA, José Moisés Nunes da; BARACHO, Maria das Graças. Práticas pedagógicas de integração no PROEJA-IFRN: o que pensam professores e estudantes. **Revista Inter-Ação**, Goiânia, v. 36, n. 2, p. 451–468, 2011. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/16717>. Acesso em: 19 jan. 2024.

VELLA, Maria dos Anjos Lopes; SPESSATTO, Marizete Bortolanza; ALMEIDA, Pamela de. Com o coração na mão! A avaliação e autoavaliação na educação de jovens e adultos. **PerCursos**, Florianópolis, v. 16, n. 31, p. 6–27, 2015. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/percursos/article/view/1984724616312015006>. Acesso em: 20 jan. 2024.

Bibliografia complementar:

BRASIL. Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. **Educação Profissional Técnica de Nível Médio / Ensino Médio**. Documento Base. 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/proeja_medio.pdf. Acesso em: 30 jan. 2024.

BRASIL. Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. **Formação inicial e continuada/ensino fundamental**. Documento Base. 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/proeja_medio.pdf. Acesso em: 30 jan. 2024.

GODINHO, Ana Cláudia Ferreira; EGGERT, Edla. Escola e mundo do trabalho: (des)encontro de saberes na experiência escolar de estudantes de EJA integrada à educação profissional. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 22, n. 3, p. 197–208, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9231>. Acesso em: 19 jan. 2024.

HENRIQUE, Ana Lúcia Sarmiento. O Proeja e a reforma do ensino médio (Lei nº

13.415/2017). **HOLOS**, [s. l.], v. 3, p. 289–302, 2018. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/7024>. Acesso em: 20 jan. 2024.

OLIVEIRA, Luciano; FERREIRA, Maria José de Resende. A questão étnico-racial e a Educação de Jovens e Adultos. **Revista Eletrônica Debates em Educação Científica e Tecnológica**, v.2, n.1, p.77-86, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.36524/dect.v2i01.27>. Acesso em: 20 jan. 2024.

Recursos educacionais:

SILVA, Adriana Barbosa da; VENTURA, Jaqueline Pereira; MARTINS, Shênia Mineiro *et al.* **Caminhos por onde andei - EJA - Iramaia**. Youtube, 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=H6pdhMfES-Y>. Acesso em: 28 jan. 2024.

Unidade Temática: Práticas Educativas para a Permanência e Êxito Discentes na EPT: teorias e didáticas

Carga Horária: 30h

Objetivo: Discutir os fatores da evasão e do abandono discentes na EPT brasileira, dentre eles os de ordem pedagógica, e como os professores dessa modalidade educacional podem contribuir para fazer face a tais problemas considerando as perspectivas das estratégias de permanência e de êxito para a emancipação dos alunos.

Ementa: Evasão e abandono escolares na EPT brasileira: fatores e possíveis consequências. A permanência como objeto de estudo. Como se caracterizam o sucesso e o fracasso escolares na EPT de acordo com as perspectivas de docentes. Desprestígios de saberes e das culturas dos educandos e inadequação de currículos e de métodos como fatores desfavoráveis às práticas educativas na EPT. O adoecimento e o sofrimento estudantil. Processos pedagógicos potencializadores da permanência e do êxito de discentes na Educação Profissional e Tecnológica. O acolhimento e a integração como fatores de permanência. As políticas e os programas de permanência na EPT. Ações institucionais e de docentes que podem inspirar e subsidiar iniciativas de permanência e de êxito acadêmico na EPT.

Bibliografia básica:

CARMO, Gerson Tavares do; SILVA, Cristiana Barcelos da. Da evasão/fracasso escolar como objeto sociomidiático à permanência escolar como objeto de pesquisa: o anúncio de uma construção coletiva. In: CARMO, Gerson Tavares do (Org). **Sentidos da Permanência na Educação**: o anúncio de uma construção coletiva. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2016, p. 43-78. Disponível em: http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br/go/files/permanencia_livro_revisaojane.pdf. Acesso em: 31 jan.2024.

CARMO, Gerson Tavares do; ARÊAS, Carlos Artur Carvalho; ARÊAS, Heise Cristine Aires. ENSAIO: luzes e sombras sobre o objeto permanência na educação. In: FREITAS, Marinaide; CARMO, Gerson Tavares do; SILVA, Jailson Costa da; MARINHO, Paulo; TORRES, Andressa Marques. **Raízes investigativas II**: a gramática da permanência na educação. São Carlos: Pedro e João Editores, 2022. Disponível em: <https://pedroejoaoeditores.com.br/produto/raizes-investigativas-ii-a-gramatica-da-permanencia-na-educacao/>. Acesso em: 20 jan. 2024.

COSTA, Zora Yonara Torres; RODRIGUES, Marlene Teixeira. Serviço Social, Educação Profissional e Questão Racial: os desafios do acesso e permanência. **Temporalis**, v. 20, n. 40, p. 268–283, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.22422/temporalis.2020v20n40p268-283>. Acesso em: 20 jan. 2012.

DORE, Rosemary; LÜSCHER, Ana Zuleima. Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais. **Cad Pesqui** [Internet], v. 41, n. 144, p. 770–89, set. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742011000300007>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SILVA, Jéssica Petronilha da; FEITOSA, Lígia Rocha Cavalcante; CORD, Denise. Matizes do acolhimento no ensino superior: apontamentos sobre o estado da arte. **Psicologia, Educação e Cultura**. v.XXVI, n. 2, set. 2022. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.26/42123>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SILVA, Marcel Freire da; DIAS, Vagno Emygdio Machado. Educação integrada e adoecimento estudantil na Educação Profissional e Tecnológica. **Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica**, [s. l.], v. 2, n. 22, p. e11670, 2022. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/11670>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SILVEIRA, Renê Trentin. A relação professor-aluno de uma perspectiva Gramsciana. **Educação & Realidade**, v. 43, n. 1, p. 97–114, jan. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/QPNLhBM5344NYjGyWJMPvwP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 jan. 2012.

Bibliografia complementar:

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima; SILVA FILHO, Raimundo Barbosa; COSTA, Ana Maria Raiol da. O olhar do aluno-trabalhador sobre evasão e permanência na educação técnica. **Educação**, Porto Alegre, v. 42, n. 1, p. 127-137, jan.-abr. 2019. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/reveduc/v42n1/1981-2582-reveduc-42-01-0127.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2024.

CARMO, Gerson Tavares do (Org). **Sentidos da Permanência na Educação**: o anúncio de uma construção coletiva. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2016. Disponível em: http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br/go/files/permanencia_livro_revisaojane.pdf. Acesso em: 31 jan.2024.

CAVALCANTE, Anne Victoria Castro de Moura; SILVA, Alessandro Carneiro da; MENEZES, Aline Beckmann de Castro. Ensino Remoto Emergencial: a perda do sentimento de pertencimento à universidade. **Revista Entreideias: Educação, Cultura E Sociedade**, v. 13, p. 107-123, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/re.v13i02.50893>. Acesso em: 20 jan. 2024.

FRANÇA, Maria Cristina Caminha de Castilhos; ESCOTT, Clarice Monteiro; MACHADO, Lucília Regina de Souza. Permanência e Êxito de Mulheres na EJA-EPT: possibilidades de desafios do IFRS. **Plurais – Revista Multidisciplinar**, v. 7, p. 1-22, 2022. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/plurais/article/view/14053/9704>. Acesso em: 17 jan. 2024.

FRANÇA, Maria Cristina Caminha de Castilhos; MACHADO, Lucília Regina de Souza; ESCOTT, Clarice Monteiro. Trabalho, educação e cultura nas fronteiras entre o urbano e o campo. **Educação, Sociedade & Culturas**, Portugal, Porto, n. 64., 2023. Disponível em: <https://www.up.pt/revistas/index.php/esc-ciie/article/view/482>. Acesso em: 10 jan. 2024.

FRIAS, Cláudia Helena Martins; GOMES, Mariana Sá Alcantara. O acolhimento de alunos

no curso de pedagogia: reflexões e estratégias para uma experiência dialógica e inclusiva. **RevistAleph**, Niterói, v. 3, n.º 39, p. 109-127, dez. 2022. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistaleph/article/view/54670>. Acesso em: 20 jan. 2024.

HENRIQUE, Ana Lúcia Sarmento. Fatores de permanência escolar no IFRN: um olhar sobre cursos PROEJA. In: CARMO, Gerson Tavares do (Org). **Sentidos da Permanência na Educação**: o anúncio de uma construção coletiva. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p. 133-152, 2016. Disponível em: http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br.go/files/permanencia_livro_revisaojane.pdf. Acesso em: 31 jan.2024.

PACHECO, Fabiane do Amaral; NONENMACHER, Sandra Elisabet Bazana; CAMBRAIA, Adão Caron. Adoecimento mental na educação profissional e tecnológica: o que pensam os estudantes concluintes de cursos técnicos integrados. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [s. l.], v. 1, n. 18, p. e9173, 2020. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/9173>. Acesso em: 20 jan. 2024.

PEREIRA, Tulyana Coutinho Bento; PASSOS, Guiomar de Oliveira Passos. Avaliação da política de assistência estudantil na educação profissional de nível técnico: análise dos indicadores de evasão e retenção no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI) – Campus Teresina Central. **Cadernos de Educação UFPEL**, n. 57, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufpel.edu.br/index.php/educacao/article/view/5337>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SILVA, Francislene Rosas da; SILVA, Ronegildo de Souza; CALIXTO, Patrícia Mendes; AZEVEDO, José Marlo Araújo de. Acolhimento institucional e integração docente: articulação necessária ao início da docência na educação profissional no extremo oeste da Amazônia. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, v.4 (Especial), p. 165-189, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.36524/profept.v4iEspecial.639>. Acesso em: 20 jan. 2024.

Recursos educacionais:

CONCEIÇÃO, Antônio Marcos Soares; MACHADO, Veruska Ribeiro. **Boas Práticas**: a inclusão e a permanência do estudante com deficiência na Educação Profissional e Tecnológica. Brasília, DF.: IFB/ProfEPT, 2023. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/740501>. Acesso em: 10 jan. 2024.

GARCIA, Fernanda Corrêa; SPESSATTO, Marizete Bortolanza. **Guia de redução da evasão na EPT**. Florianópolis: Instituto Federal de Santa Catarina/CERFEAD, 2020. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/574306>. Acesso em: 10 jan. 2024.

MONTEIRO, Cátia Maria Alves; PLÁCIDO, Reginaldo Leandro. **Acolher para incluir: o acolhimento como prática na cultura escolar inclusiva**. Blumenau: IFC/ProfEPT, 2020. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/574365>. Acesso em: 17 jan. 2024.

NITSCHKE, Alessandra; PLÁCIDO, Reginaldo Leandro. **Utilização de informações de e sobre egressos para o acompanhamento, avaliação e reformulação de cursos de ensino médio integrado**. Blumenau: IFC/ProfEPT, 2021. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/600482>. Acesso em: 17 jan. 2024.

SOUSA, Maria da Graça do Nascimento de; FRANÇA, Maria Cristina Caminha de Castilhos. **Manual de Prevenção à Evasão dos Estudantes dos Cursos Médio Técnico da Rede Federal de Ensino: conhecer para permanecer**. Porto Alegre: IFRS/ProfEPT, 2020. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/575059>. Acesso em: 10 jan. 2024.

Unidade Temática: A Pesquisa e a Extensão no Trabalho Pedagógico da EPT: teorias e didáticas

Carga Horária: 30h

Objetivo: Discutir conceitos e formas de operacionalizar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, os motivos pelos quais ela deve ser implementada no trabalho pedagógico, dentre eles como estratégia para a formação contínua do docente da EPT e a ampliação do significado social dessa modalidade educacional.

Ementa: A importância da pesquisa e da extensão no trabalho pedagógico da EPT para o enriquecimento do ensino e da aprendizagem, a integração de saberes e de experiências, o compartilhamento de saberes de diferentes origens e estatutos epistemológicos, a realização de inovações pedagógicas, científicas e de gestão, a ampliação da inserção social da EPT. A pesquisa como princípio pedagógico. A integração entre educação,

trabalho, ciência, tecnologia e cultura como estratégia de superação da cisão entre teoria e prática. Históricos, particularidades e experiências inspiradoras na operacionalização da unicidade entre ensino, pesquisa e extensão na EPT.

Bibliografia básica:

DAMIANI, Magda Floriana; ROCHEFORT, Renato Siqueira; CASTRO, Rafael Fonseca de; DARIZ, Marion Rodrigues; PINHEIRO, Silvia Siqueira. Discutindo pesquisas do tipo intervenção pedagógica. **Cadernos de Educação**, n. 45, p. 57-67, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/caduc/article/view/3822>. Acesso em: 20 jan. 2024.

FERREIRA, Ilane Cavalcante; HENRIQUE, Ana Lúcia Sarmento. A experiência da pesquisa na formação docente: unindo teoria à prática. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [s. l.], v. 1, n. 12, p. 16–35, 2017. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/5730>. Acesso em: 20 jan. 2024.

FREITAS, Rony. Produtos educacionais na área de ensino da Capes: o que há além da forma? **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, v. 5, n. 2, p. 5-20, 2021. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/1229>. Acesso em: 20 jan. 2024.

VALER, Salete; BROGNOLI, Ângela; LIMA, Laura. A pesquisa como princípio pedagógico na Educação Profissional Técnica de Nível Médio para a Constituição do ser social e profissional. **Forum linguistic**, Florianópolis, v. 14, n. 4, p. 2785-2803, out./dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/1984-8412.2017v14n4p2785/35788>. Acesso em: 20 jan. 2024.

VIEIRA, Josimar de Aparecido; VIEIRA, Marilandi Maria Mascarello; PASQUALLI, Roberta; CASTAMAN, Ana Sara. Ensino com pesquisa na educação profissional e tecnológica: noções, perspectivas e desafios. **Rev. Tempos Espaços Educ.**, São Cristóvão, Sergipe, v. 12, n. 29, p. 279-298, abr./jun. 2019. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8640921>. Acesso em: 20 jan. 2024.

OLIVEIRA, João Paulo de; COSTA, Conceição Leal da. O papel da extensão na formação de estudantes do IFRN (*Campus Mossoró*): reflexões em torno de educação para a cidadania

a partir de um estudo de caso. *In*: SANTOS, Simone Costa Andrade; CAVALCANTE, Ilane Ferreira; LEMOS, Elizama das Chagas; FERREIRA, Maria da Conceição; COSTA, Monteiro Leal (Orgs). **Educação e Sociedade**: formação profissional, educação a distância e tecnologias. São Luís, MA: IFMA, 2020, p. 225-262. Disponível em: [4.Educacao-e-Sociedade.pdf](#). Acesso em: 02 fev. 2024.

Bibliografia complementar:

ALMEIDA, Márcia Maria Pereira de; CONCEIÇÃO, Gabriel Luís da. Os espaços do conhecimento e a tríade ensino-pesquisa-extensão na educação profissional e tecnológica. **Revista Valore**, Volta Redonda, v. 7, p. 2-7044, 2022. Disponível em: <https://revistavalore.emnuvens.com.br/valore/article/view/982>. Acesso em: 20 jan. 2024.

ARBEX, Quêren dos Passos Freire; ARAÚJO, Cláudia Helena dos Santos. Práticas educativas e as tecnologias na tríade Ensino, Pesquisa e Extensão no Ensino Médio Integrado dos Institutos Federais. **Revista Anápolis Digital**, v. 9, n. 2, 2019. Disponível em: <https://portaleducacao.anapolis.go.gov.br/revistaanapolis/?p=180>. Acesso em: 20 jan. 2024.

MAGALHÃES, Guilherme Lins de; CASTIONI, Remi. A EPT sob a metodologia da alternância: a experiência do IF Brasília - Campus Planaltina. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, v. 1, n. 1, p. 71-87, 3 ago. 2016. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/campo/article/view/2199>. Acesso em: 20 jan. 2024.

MARQUES, Maristela Beck; VIEIRA, Josimar de Aparecido. Indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão na prática profissional do ensino médio integrado à educação profissional. **Revista de Educação, Ciência e Tecnologia do IFRS**, v. 7 n. 1, Ed. Esp. 4º Seminário de Pós-Graduação do IFRS, p. 187-202, jun. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/ScientiaTec/article/view/4131>. Acesso em: 20 jan. 2024.

Recursos educacionais:

COUTO, Andressa Freire Ramos; CAVALARI JÚNIOR, Octávio. **O guia indissociável entre ensino, pesquisa e extensão**: dialogando sobre uma prática integradora. ES: Ifes/ProfEPT, 2020. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/585582>. Acesso em: 20 jan. 2024.

FERREIRA, Rosângela; FRANÇA, Maria Cristina Caminha de Castilhos; SONZA, Andréa Poletto. **Curricularização da Extensão: um olhar institucional**. Porto Alegre: IFRS/ProfEPT, 2022. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/717686>. Acesso em: 09 jan. 2024.

MARQUES, Maristela Beck; VIEIRA, Josimar de Aparecido. **Prática profissional integrada: ensino, pesquisa e extensão no ensino médio integrado**. Porto Alegre: IFRS/ProfEPT, 2020. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/574846>. Acesso em: 09 jan. 2024.

Unidade Temática: Projetos Político-Pedagógicos, planos de ensino e avaliação da EPT: teorias e didáticas

Carga Horária: 30h

Objetivo: Esclarecer, sensibilizar e capacitar os cursistas à participação ativa e crítica nos processos de formulação, de avaliação e de reformulação de projetos político-pedagógicos e de planos de ensino destinados ao desenvolvimento da EPT.

Ementa: A participação do docente da EPT nos processos de formulação, de avaliação e de reformulação de projetos político-pedagógicos e planos de ensino. A importância desses instrumentos e dessa participação para o alcance satisfatório dos objetivos e das finalidades da EPT. A análise do docente da EPT acerca de sua atuação no cotidiano da EPT na perspectiva da autocrítica ética e criativa. A avaliação institucional e escolar na EPT. Experiências inspiradoras sobre a participação de docentes da EPT na formulação, avaliação e reformulação de projetos político-pedagógicos e de planos de ensino.

Bibliografia básica:

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima. Organização do trabalho pedagógico e ensino integrado. In: ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima. **Práticas pedagógicas e ensino integrado** [recurso eletrônico]. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, Coleção formação pedagógica, v. 7, 2014. Disponível em: <https://ifpr.edu.br/curitiba/wp-content/uploads/sites/11/2016/05/Praticas-pedagogicas-e-ensino-integrado.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2024.

CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise Nogueira. A “era das diretrizes”: a disputa pelo projeto de educação dos mais pobres. **Revista Brasileira de Educação** [online], v. 17, n.49, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782012000100002&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 20 jan. 2024.

DUARTE, Newton. A catarse na didática da pedagogia histórico-crítica. **Pro-Posições** [Internet], v. 30, p. e20170035, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-6248-2017-0035>. Acesso em: 20 jan. 2024.

FERRETTI, Celso João. Problemas institucionais e pedagógicos na implantação da reforma curricular da Educação Profissional técnica de nível médio no IFSP. **Educação & Sociedade**, v.32, n. 116, p. 789-806, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v32n116/a10v32n116.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2024.

FREITAS, Luiz Carlos de. Avaliação: para além da “forma escola”. **Educ. Teoria Prática**, Rio Claro, v. 20, n. 35, dez. 2010. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-81062010000200007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 20 jan. 2024.

FRIGOTTO, Gaudêncio; ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima. Práticas pedagógicas e ensino integrado. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia Relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Editora Vozes Ltda, p. 249-266, 2018. Disponível em: https://proen.ifes.edu.br/images/stories/Institutos_Federais_de_Educa%C3%A7%C3%A3o_o_Ci%C3%A2ncia_e_Tecnologia_-_Rela%C3%A7%C3%A3o_com_o_Ensino_M%C3%A9dio_Integrado_e_o_Projeto_Societ%C3%A1rio_de_Developmento.pdf. Acesso em: 05 fev. 2024.

WACHOWICZ, Lílian Anna. **Avaliação da aprendizagem profissional** [recurso eletrônico]. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, Coleção formação pedagógica, v. 9, 2014. Disponível em: <https://ifpr.edu.br/curitiba/wp-content/uploads/sites/11/2016/05/Avaliacao-da-aprendizagem-profissional.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2024.

Bibliografia complementar:

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima; COSTA, Ana Maria; SANTOS, Manuela Tavares. Organização do trabalho pedagógico e ensino integrado. **Revista Trabalho Necessário**, v. 11, n. 17, 2013. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/8453>. Acesso em: 20 jan. 2024.

CAMPOLIN, Luciane da Costa; RAIMUNDO, Gislene Miotto Catolino. A Avaliação da aprendizagem na Educação Profissional e Tecnológica: uma análise das práticas avaliativas nos cursos técnicos subsequentes no IFSC - Campus Caçador. **Educação Profissional E Tecnológica Em Revista**, v. 6, n. 1, p. 113-134, 2022. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/721>. Acesso em: 20 jan. 2024.

MACHADO, Ilma Ferreira; SILVA, Rose Márcia da; SOUZA, Maria de Lourdes Jorge de. Avaliação de aprendizagem nos contornos do currículo integrado no ensino médio. **Cad CEDES** [Internet], v. 36, n.99, p. 207–21, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/CC0101-32622016160336>. Acesso em: 20 jan. 2024.

PENA, Geralda Aparecida de Carvalho. Prática docente na educação profissional e tecnológica: os conhecimentos que subsidiam os professores de cursos técnicos. **Formação Docente – Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores**, [s. l.], v. 8, n. 15, p. 79–94, 2016. Disponível em: <https://www.revformacaodocente.com.br/index.php/rbfp/article/view/142>. Acesso em: 20 jan. 2024.

PLÁCIDO, Reginaldo Leandro; SCHONS, Manuir; SOUZA, Maria José Carvalho de. Utilização das estratégias de ensino-aprendizagem na educação profissional e tecnológica. **Revista Dynamis**, [s. l.], v. 23, n. 1, p. 40-57, jan. 2018. Disponível em: <https://proxy.furb.br/ojs/index.php/dynamis/article/view/6754>. Acesso em: 20 jan. 2024.

VARGAS, Francisco Beckenkamp. Trabalho, emprego, precariedade: dimensões conceituais em debate. **Cad. CRH**, v. 29, n.77, p. 313-331, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/VTKszS8VFPTzDbzJkpQCRMp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 jan. 2024.

VIEIRA, Marilandi Maria Mascarello; ARAÚJO, Maria Cristina Pansera de; VIEIRA, Josimar de Aparecido. Práticas formativas na educação profissional: a emergência de uma didática específica? **Revista Espaço Pedagógico**, [s. l.], v. 27, n. 1, p. 186-202, 2020. Disponível em: <https://seer.upf.br/index.php/rep/article/view/10581>. Acesso em: 20 jan. 2024.

Recursos educacionais:

ALENCAR, Rendrikson Gonçalves; GOMES, Jarbas Mauricio. **Gestão Democrática na EPT:**

espaços de participação de pais ou responsáveis. Maceió: IFAL/ProfEPT, 2023. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/740836>. Acesso em: 09 jan. 2024.

BORGES, Nieysila Simara da Silva Castro; SALAZAR, Deuzilene Marques. **Proposta de avaliação institucional interna para a EPTNM**. Disponível em:

<https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/552778>. Acesso em: 09 jan. 2024.

FAGUNDES, Fabiana Centeno.; ESCOTT, Clarice Monteiro. **Guia de Autoavaliação Institucional para a Educação Profissional e Tecnológica (EPT)**: contribuições para um percurso democrático, participativo e institucional. Porto Alegre: IFRS/ProfEPT, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ifrs.edu.br/handle/123456789/421>. Acesso em: 08 jan. 2024.

KELLER, Fabiana de Oliveira; ESCOTT, Clarice Monteiro. **Vamos avaliar?** proposta de avaliação institucional participativa e emancipatória da política institucional para os cursos de ensino médio integrado do IFRS. Porto Alegre, RS : IFRS/ProfEPT, 2022. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/741166>. Acesso em: 09 jan. 2024.

4.3. Metodologia

Os procedimentos pedagógicos a serem utilizados deverão ser coerentes com os princípios, os objetivos e as finalidades deste Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Docência na Educação Profissional e Tecnológica, ou seja, com a perspectiva do desenvolvimento da consciência teórica das contradições sociais por ele emanadas e de como encará-las por meio de dispositivos práticos de propostas de intervenção educativa.

Em outros termos, tais expedientes deverão servir para incentivar os/as estudantes deste curso a realizar colaborações concretas de construção de conhecimentos socialmente significativos, aplicáveis a essa modalidade educacional, tornando-a, de forma crítica e profícua, incursa na práxis social.

Com base na pedagogia histórico-crítica de Saviani (2008), a proposta metodológica sinaliza que o desenvolvimento pedagógico dos conteúdos previstos nas unidades temáticas se desenvolva por meio de “tempos curriculares”, conforme orienta Ramos (2017):

[...] **tempos de problematização** (a prática social e produtiva ainda como síntese); **tempos de instrumentalização** (o ensino de conteúdos necessários para compreender o processo problematizado); **tempos de experimentação** (o enfrentamento, pelo estudante, de questões práticas, mediante as quais ele se sente desafiado a valer-se do conhecimento apreendido e, então, a consolidá-los e/ou a identificar insuficiência e limites dos conhecimentos apreendidos); **tempos de orientação** (o acompanhamento, pelos professores, dos enfrentamentos dos estudantes, visando organizar aprendizados e/ou colocar novas questões); **tempos de sistematização** (síntese/revisão de questões, de conteúdos e de relações); e, **tempos de consolidação** (avaliações com finalidades formativas) (Ramos, 2017, p. 43, grifos nossos).

O ponto de chegada do desenvolvimento deste curso tem por alvo, portanto, a realidade concreta existente, mas agora num nível mais avançado de compreensão. O que se espera é que, por terem passado pelas problematizações e apropriações dos instrumentos conceituais e metodológicos de intervenção educativa, os/as estudantes deste curso possam chegar a um patamar superior de compreensão da docência na EPT e sua relação com a prática social.

Como este curso foi concebido para ser oferecido na modalidade EaD, a atuação de professores/as, discentes e equipe de acompanhamento se reveste de características específicas, sobretudo quanto aos cuidados com as interações por meio das mensagens emitidas e recebidas, ao estímulo às problematizações e à participação ativa, à observância da ética emancipatória, ao emprego de materiais pedagógicos coerentes e aos processos avaliativos comprometidos com a aprendizagem.

Fóruns, *chats* e o Memorial, entendidos como espaços dialógicos, foram concebidos para oportunizar as interações entre professores/as, estudantes e equipe de acompanhamento, de forma a garantir a participação de todos/as, a exposição e o esclarecimento de dúvidas, a complementação de aspectos de conteúdo, o incentivo às discussões, as orientações necessárias para o bom andamento do curso e os registros de experiências. Especialmente, o Memorial deve iniciar a partir da primeira unidade temática do núcleo comum e **ser transversal a todo o curso**, para que, dessa forma, possa se constituir em um espaço de diálogo para a construção do Plano de Formação e do Relatório de Formação.

As unidades temáticas serão desenvolvidas de forma assíncrona, mas a cada início de unidade uma atividade síncrona será desenvolvida visando à introdução do tema e das questões que ela traz, estimulando a problematização e as convergências de interesses do/a docente e dos/as discentes acerca daquele tema.

As unidades temáticas possuem caráter teórico-prático, de forma a contemplar questões da atividade do/a educador/a da EPT.

4.3.1 Orientações práticas aos docentes

A cada unidade temática, o/a docente a apresenta e, no seu final, propõe uma síntese como fechamento, buscando explorar possibilidades de questões teóricas e práticas para serem aprofundadas pelos/as discentes, considerando os seus Planos de Formação.

Sugere-se ampla utilização das indicações de bibliografia básica e complementar, a ser aprofundada pelos/as discentes em função de seus interesses. Preferencialmente, todas deverão ser disponibilizadas na biblioteca virtual.

Deve-se manter a atenção à diversidade e à heterogeneidade dos/as discentes, o que requer a seleção de materiais orientados à inclusão educacional, como uma das formas de se garantir a participação de todos/as os/as discentes independentemente de suas características físicas, étnicas e culturais.

Considerando essa heterogeneidade, em particular no que se refere aos sujeitos de diferentes culturas e saberes, coloca-se como necessária a valorização de procedimentos de ensino e de aprendizagem coletivos, que incentivem a comunicação entre colegas e que favoreçam as trocas e os diálogos de modo a tomar essas diferenças, que dão identidade aos sujeitos discentes, não só algo a ser valorizado como também uma oportunidade de crescimento compartilhado.

Considerando ainda a finalidade de promoção da autonomia e da capacidade crítica dos/as estudantes, recomenda-se a busca por estratégias problematizadoras da realidade e das teorias e ideias expostas, bem como a valorização da auto-organização discente em meio ao seu processo formativo.

O trabalho coletivo, a problematização e a auto-organização podem ser, portanto, as estratégias básicas do processo de ensino-aprendizagem, cujas características possibilitam promover as capacidades de compreensão da realidade da docência na EPT e inspirar novas práticas pedagógicas, mais dialógicas e efetivas.

4.3.2 Atendimento aos estudantes e orientação

No início do curso, o/a coordenador/a do curso fará a designação de um/a orientador/a para cada discente, na proporção de cinco alunos/as para cada docente orientador/a.

O/a orientador/a terá a tarefa de acompanhar o/a discente desde o seu ingresso, incentivando-o/a à elaboração do seu Plano de Formação e ao desenvolvimento de suas atividades, com o auxílio da atividade do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) denominada Memorial. Para isso, deverá indicar leituras, propor procedimentos de levantamento de materiais teóricos ou de dados empíricos, orientar quanto aos procedimentos de análise dos elementos levantados e revisar o texto do relatório de formação.

4.3.3 Acompanhamento dos docentes

A instituição ofertante deverá planejar a formação, a supervisão e a avaliação dos/as docentes, tutores/as e outros/as especialistas que venham a atuar na formação, de modo a assegurar as condições materiais e subjetivas adequadas e a articulação entre os diferentes profissionais envolvidos.

4.3.4 Materiais didáticos

Serão selecionados, produzidos e disponibilizados aos/às docentes formadores/as, tutores/as e estudantes materiais didáticos em conformidade com as especificidades da Educação Profissional e Tecnológica e de um curso no formato EaD. Esse acervo ficará acessível aos estudantes, e sua indicação e mediação de uso será feita pelos/as professores/as formadores/as e tutores/as, considerando as temáticas trabalhadas e as atividades propostas na oferta do curso.

Como parte dos materiais didáticos, serão elaborados recursos educacionais abertos (REAs) correspondentes às unidades temáticas do curso. Trata-se de materiais hipermediáticos que trazem a síntese do diálogo e do trabalho de múltiplas especialidades envolvidas no seu processo coletivo de produção, fruto de uma relação orgânica entre pensar e fazer orientados às finalidades últimas da política de formação para EPT.

Esses materiais, criados especialmente para essa política de formação para subsidiar a sua implementação, estão sendo concebidos e desenvolvidos por uma equipe de docentes e de pesquisadores/as especialistas em EPT em parceria com a Setec/MEC e pela Equipe Multidisciplinar do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Educação e Tecnologia Ético-Crítica (Prosa) e do Laboratório de Novas Tecnologias (Lantec) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), os quais serão indexados em uma plataforma on-line, para uso de modo assíncrono, em coerência com o presente projeto pedagógico.

O propósito desses materiais didáticos é promover um processo formativo emancipatório, que possibilite a identificação de desafios práticos a serem problematizados, a sistematização de conceitos e de ideias que instrumentalizam releituras crítico-totalizadoras da realidade profissional vivenciada e que inspire a autonomia coletiva para realização de práticas profissionais alinhadas aos princípios da Educação Profissional e Tecnológica.

4.3.5 Acompanhamento e avaliação da aprendizagem

A avaliação será processual e, para tanto, o/a docente utilizará instrumentos diversificados no decurso do ensino e da aprendizagem. Os instrumentos de avaliação deverão estar em consonância com as finalidades de contribuir com o Plano de Formação do/a discente e da produção do seu Relatório de Formação.

A avaliação contínua da aprendizagem deve ser realizada como mais uma forma de estimular os/as discentes a reconhecerem o que precisam fazer para alcançar os objetivos propostos no seu Plano de Formação. Para os/as professores/as formadores/as e tutores/as, resulta como meio para confirmar se os/as estudantes aprenderam e reajustar o processo de ensino-aprendizagem durante o curso.

Durante cada unidade temática, além do que está proposto no material didático disponibilizado, os/as professores/as formadores/as poderão propor exercícios, pesquisas bibliográficas, fichas de leitura, resenhas críticas, estudos de caso, dentre outros instrumentos que considerem necessários para a consecução dos objetivos de sua unidade temática.

A proposta de avaliação do ensino e da aprendizagem terá, portanto, caráter processual e de compromisso com a perspectiva emancipatória. Assim, os instrumentos a serem utilizados para tal finalidade em cada unidade temática deverão considerar, além do olhar do/a docente, a reflexão do/a próprio/a estudante sobre seu processo de aprendizagem.

As avaliações propostas pelos/as docentes deverão considerar e contribuir com as reflexões do/a estudante contidas no seu Plano de Formação e no Relatório de Formação, considerando, sempre, a relação teoria e prática. Para auxiliar nesse processo, um dos instrumentos de avaliação deverá ser o Memorial, no qual os/as discentes terão registrado seu percurso de estudos.

Coerentemente com o paradigma que orienta a concepção proposta para o curso, alguns dos critérios a serem considerados para a avaliação serão: a relação teoria e prática; a coerência teórica unitária e emancipatória; os avanços na capacidade de problematizar e de se posicionar com autonomia e crítica frente aos problemas identificados; a compreensão crítica da relação da EPT com o mundo do trabalho; as proposições de caráter democrático, participativo e inclusivo; a visão indissociada de ensino, pesquisa e extensão e as indicações para a implantação de políticas institucionais emancipatórias.

Orientados/as por tais critérios de avaliação, caberá aos/às docentes acompanhar a participação dos/as estudantes nas atividades propostas, verificando dificuldades e avanços tanto no processo de ensino quanto de aprendizagem, bem como os entraves institucionais postos no processo vivido.

Os/as estudantes deverão registrar suas vivências e observações em seu Memorial, base do seu Relatório de Formação, o TCC. Caberá ao/à professor/a fazer seus registros da avaliação nos instrumentos previstos pelo IFSul.

Para a avaliação somativa referente a cada unidade temática, devem-se considerar os aspectos de assiduidade e aproveitamento, com prevalência dos aspectos qualitativos frente aos aspectos quantitativos.

Os critérios de aprovação incluem o desempenho satisfatório nas atividades avaliativas, incluindo o cumprimento de, no mínimo, 60% (sessenta por cento) dos pontos destinados à avaliação, considerando uma escala de zero a dez. Portanto, os alunos que não atingirem nota igual ou superior a seis (6,0) serão desligados do programa, conforme regulamento do curso.

A recuperação de estudos compreenderá a realização de uma nova atividade avaliativa, no decorrer do período letivo, com vistas à promoção da aprendizagem. As novas atividades poderão constituir-se de estratégias alternativas, votadas para o atendimento de necessidades específicas, tais como a execução de atividades sistemáticas em horário de atendimento paralelo ou por meio de estudos dirigidos. Ao final dos estudos de recuperação, o aluno será submetido à uma nova avaliação, sobre a qual prevalecerá o maior valor entre o obtido na avaliação realizada anteriormente ao processo de recuperação e o obtido na avaliação aplicada posteriormente ao período da recuperação.

A avaliação do curso ocorrerá, regularmente, por meio dos instrumentos definidos pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), mas também será promovida pela Coordenação do Curso, constando de questionário a ser aplicado aos estudantes, ao final de cada unidade curricular. Os dados dessas avaliações estarão disponíveis no ambiente virtual de aprendizagem, para que os professores possam acessá-los enquanto instrumentos de revisão a respeito de suas próprias práticas docentes, bem como para a revisão da estrutura da unidade curricular nas ofertas subsequentes.

4.4 Trabalho Final de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso tem carga horária de 60h, dividida em três momentos (conforme exposto adiante), com a seguinte ementa:

- **Ementa:** Com base nas indicações do Plano de Formação elaborado no primeiro momento, espera-se que, ao final do curso, o aluno apresente um Relatório de Pesquisa, fruto de um processo iniciado no começo do curso a partir de uma questão problematizadora. Ao final desta unidade temática, dividida em três partes, o discente deverá concluir o seu relatório final de pesquisa.

Para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso, tomam-se como premissas a mudança social como objetivo fundamental da educação e a não equivalência da formação do/a educador/a a “fornecer-lhe um conjunto de indicações práticas, mas armá-lo de modo que ele próprio seja capaz de criar um bom método, baseando-se numa teoria sólida de pedagogia social; o objetivo é empurrá-lo no caminho desta criação” (Pistrak, 2000, p. 25).

Para estimular essa autonomia, tornam-se necessárias estratégias didáticas capazes de promover a auto-organização dos/as profissionais que irão atuar na EPT frente aos problemas da realidade, desenvolvendo a sua criatividade e as suas capacidades de trabalhar organizadamente as suas tarefas, seja na docência, na gestão ou no apoio e acompanhamento pedagógico.

Por isso, definiu-se o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) com o formato de **Relatório de Formação** a ser construído ao longo do curso, individualmente, resultante de um **Plano de Formação** proposto pelo/a discente, em diálogo com o/a seu/sua orientador/a, que articule o seu percurso formativo a uma situação real e socialmente relevante da EPT.

O TCC, depois de finalizado, será examinado por banca de defesa, composta pelo professor formador/orientador do TCC, pelo coordenador do curso ou seu indicado e por um convidado, que avaliarão o trabalho. As defesas poderão acontecer virtualmente, isto é, por meio de plataforma virtual. A banca de avaliação ao final da defesa emitirá o resultado de Aprovação ou Reprovação.

4.4.1 Sobre o Plano de Formação e o Relatório de Formação

Um plano reflete uma atitude prévia de planejamento para onde se quer ir e nele se define uma direção que se quer tomar. Nesse caso, pretende-se que o/a discente deste curso, ainda durante o período de execução do núcleo comum e com o apoio de um/a professor/a orientador/a, defina um fio condutor para a sua formação. Nesse sentido, na primeira etapa do ato de planejar, à qual foram atribuídas **15h** de trabalho acadêmico, caberá ao/a discente identificar qual é esse elemento central para a sua formação sobre o qual deseja aprofundar ou fazer descobertas e, com o auxílio do/a seu/sua orientador/a, traçar um programa com objetivos e estratégias.

O desenvolvimento de um Plano de Formação, além de promover a capacidade reflexiva e a auto-organização profissional do/a discente, possibilita o enfrentamento teórico-prático de questões que requerem melhor compreensão, considerando a temática de seu curso de especialização, neste caso, a docência na EPT.

Por meio do Plano de Formação, propõe-se que os/as estudantes articulem, de forma congruente, as diferentes unidades temáticas cursadas em torno de uma situação real e que exercitem a atitude de estudar as relações existentes entre os vários aspectos que condicionam o problema levantado, cultivando, assim, o exercício da interpretação dialética da realidade.

Esse Plano de Formação visa a integrar os saberes teóricos e práticos, articulados em torno de um objetivo individual-coletivo de formação. O Plano de Formação pode ser definido como um roteiro, um eixo norteador, cujo objetivo é articular os conteúdos das atividades executadas no processo de formação com intervenções na prática profissional. Ele serve como um guia, sendo flexível e adaptável, permitindo ajustes conforme as necessidades dos/as estudantes e as demandas do contexto educacional específico.

Esse Plano deve permitir aos/às discentes fazer indagações sobre a sua prática assim como a avaliação desta a partir do estabelecimento da interlocução com as teorias discutidas no processo de formação e/ou indicadas pelo/a orientador/a. Assim, espera-se que os/as discentes exercitem as suas capacidades de problematização, análise, síntese e proposição.

O Plano de Formação deverá ser desenvolvido levando em conta a necessidade de proporcionar uma formação que articule o conhecimento acadêmico com a experiência prática, preparando os/as discentes para atuarem profissionalmente de forma mais eficaz.

Deve-se evitar, contudo, a percepção do Plano de Formação como ferramenta de instrumentalização dos conteúdos trabalhados na formação, o que limitaria o seu potencial de gerar reflexões relevantes.

Propõe-se como fio condutor deste Plano uma questão que pode ser definida a partir da seguinte indagação: *qual aspecto da realidade da docência na EPT eu*

pretendo enfrentar durante a minha formação e na minha prática como profissional da Educação Profissional e Tecnológica?

Indica-se que o critério para a seleção dos temas deva ser a sua relevância social, isto é, que sejam temas socialmente significativos e que favoreçam uma abordagem teórico-prática nessa modalidade educacional.

Recomenda-se, ainda, que a questão orientadora do Plano de Formação esteja vinculada, preferencialmente, às atividades profissionais do/a discente, de modo a permitir ações de reflexão sobre o real vivido como educador/a e, possivelmente, experimentações de possíveis soluções e/ou indicações de possibilidades de enfrentamento daquela realidade.

A questão orientadora do Plano de Formação deve apresentar algumas características assim resumidas: trata-se de uma questão (social e cientificamente relevante) que necessita ser investigada e que possa ser respondida tendo em vista a experiência do/a discente, as condições para a construção da resposta e o tempo disponível.

4.4.2 Orientações procedimentais

O tempo dedicado à construção do TCC corresponderá a todo o percurso formativo do/a discente, com três momentos especiais e com finalidades específicas:

Primeiro Momento (TCC I - 15h): após a realização das unidades temáticas do núcleo comum do curso, durante o qual se deve problematizar a EPT brasileira, em seus aspectos epistêmicos, políticos, históricos, pedagógicos e didáticos, propõe-se a elaboração do **Plano de Formação**, a partir da **definição de um tema social e cientificamente relevante e de interesse do/a discente**. Esse Plano de Formação será composto pelas seguintes seções:

- a. Identificação do/a discente.
- b. Breve descrição do tema a ser tratado.
- c. Descrição dos diferentes aspectos que podem ser investigados, de maneira a atribuir uma estrutura que oriente as observações e a tradução do conteúdo do tema em um questionamento instigante, socialmente relevante e cientificamente produtivo.
- d. Elaboração de questões problematizadoras que deverão ser respondidas e/ou pesquisadas durante o período em que os/as formandos/as irão permanecer em sua instituição de atuação ou durante o período de

realização deste curso. Sugere-se a definição de uma “questão central e orientadora do percurso” e outras questões que permitam responder a diferentes aspectos dessa questão maior. O processo de ensino investigativo que se propõe pela concretização desse trabalho tem um papel essencial, por meio do qual o/a estudante, através da mediação docente, aprofunda sua capacidade de sistematizar aspectos relacionados à vivência da docência e suas habilidades interacionais (Capaz, Gerke e Muskardi, 2022). Por isso, todo o Plano de Formação, inclusive suas questões orientadoras, deve ter a flexibilidade necessária ao exercício de construção e de reconstrução das hipóteses levantadas, refutadas e/ou confirmadas durante o processo. Para a definição dessa questão, deve-se considerar a sua relevância social, o interesse do/a discente, a disponibilidade do/a orientador/a e as condições materiais/temporais disponíveis.

- e. Definição de objetivos.
- f. Estratégias, hipóteses e possibilidades de atuação a serem confrontadas com as teorias ou com a realidade estudada.

Segundo Momento (TCC II - 15h): após a conclusão das unidades temáticas do núcleo específico do curso, deve-se:

- a. Elaborar um breve inventário dos estudos já realizados sobre o tema, privilegiando os que se articulam diretamente ao problema construído.
- b. Revisar o Plano de Formação considerando o inventário construído e as sistematizações a serem realizadas.

Terceiro Momento (TCC III - 30h): elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (Relatório de Formação). A estrutura desse relatório pode ser a seguinte:

- a. Título.
- b. Resumo.
- c. Sumário.
- d. Introdução.

- e. Desenvolvimento (explicitação da metodologia, das teorias levantadas e dos dados coletados e análise).
- f. Conclusão.
- g. Plano de Ação ou Indicações práticas.
- h. Referências em conformidade com as regras da ABNT vigentes.

Considerando o tempo disponível para a escrita do TCC, sugere-se um relatório contendo de 20 a 30 laudas de elementos textuais.

Em cada unidade temática, o/a discente deverá aprofundar as questões colocadas no seu Plano de Formação, a partir das discussões e das situações levantadas ou da observação de situações concretas, e exercitar a escrita. Recomenda-se que os trabalhos avaliativos da aprendizagem em cada unidade temática estejam articulados com a trajetória de produção do relatório de pesquisa. Deve-se considerar que a solução de pequenos problemas favorece a auto-organização discente.

O registro de todo esse percurso será feito em um **Memorial** (disponível na plataforma de formação), o qual será a base do Relatório de Formação, o TCC. Para a sua operacionalização, recomenda-se o uso de um caderno físico ou digital no qual o/a discente irá registrar as discussões, as teorias e as situações tratadas no curso que possam auxiliar no esclarecimento da questão levantada por ele/a. Deverá registrar, também, os experimentos e as atividades realizadas na sua instituição, se assim for o caso.

A ideia fundamental que deve orientar esse processo do Plano de Formação e a construção do Relatório é que o/a próprio/a discente desenvolva a sua capacidade de enfrentar, teórica e praticamente, problemas pedagógicos que a realidade da EPT coloca, levantando hipóteses sobre eles, observando-os, fazendo uso dos conhecimentos já existentes sobre o assunto, experimentando soluções, comunicando e compartilhando os resultados desses enfrentamentos.

5. Avaliação do Curso

Ao final do curso, a Coordenação disponibilizará formulário eletrônico de avaliação, que deverá ser preenchido pelos alunos, como instrumento de realimentação para as possíveis novas ofertas, caso aconteçam. A avaliação geral do curso será composta pelas avaliações das disciplinas e da avaliação final do curso.

REFERÊNCIAS

BARATO, Jarbas Novelino. Fazer bem feito: Valores em educação profissional e

tecnológica. Brasília: UNESCO, 2015. BRASIL. Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 26 de março de 2020.

BRASIL. Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm. Acesso em: 26 de março de 2020.

BRASIL. Parecer CNE/CEB nr. 11/2012. 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10804-pceb011-12-pdf&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 26 de março de 2020.

BRASIL. Decreto 9.057 de 2017. 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm. Acesso em 26 de março de 2010.

BRASIL. Resolução CNE/CEB 06 de 2012. 2012. Disponível em:
BRASIL. Resolução CNE CES 01 de 2018. 2018. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/docman/abril-2018-pdf/85591-rces001-18/file>. Acesso em 26 de março de 2020.

CLOT, Yves. La fonction psychologique du travail. Paris: PUF, 1999.

DURRIVE, L. A atividade humana, simultaneamente intelectual e vital: esclarecimentos complementares de Pierre Pastré e Yves Schwartz. Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, v. 9, supl.1, p. 47-67, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tes/v9s1/03.pdf>>

GARÇON, Anne-Françoise. Les techniques et l'imaginaire. Une question incontournable pour l'historien. Hypothèses, 1, p.221-228, 2005.

GOUDEAUX, A.; POIZAT, G.; DURAND, M. Transmissão cultural, formação profissional e educação de adultos: para uma epistemologia da ação. Trabalho & Educação. v. 28, n. 2, p.15-50, maio-ago, 2019.

GÜÉRIN, F. et al. Compreender o trabalho para transformá-lo: a prática da ergonomia. São Paulo: Edgard Blucher, 2001.

HAUDRICOURT, André-Georges. La Technologie science humaine. Recherches d'histoire et d'ethnologie des techniques. Paris: Fondation de la Maison des Sciences de l'Homme, 1987.

HOLANDA, Sérgio Buarque. Raízes do Brasil. 27. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

JONNAERT, P. Competências e socioconstrutivismo. Lisboa: Instituto Piaget, 2009.
LAVE, J.; WENGER, E. Situated Learning. Legitimate Peripheral Participation. New York: Cambridge University Press, 1991.

MAUSS, M. Les techniques du corps. Edição eletrônica editada por Jean-Marie Tremblay, pelo Cégep, Chicoutimi (CA), 2002. Originalmente publicado em: Journal de Psychologie, XXXII, ne, 3-4, 15 mars – 15 Avril 1936. Disponível em: <http://classiques.uqac.ca/classiques/mauss_marcel/socio_et_anthropo/6_Techniques_corps/techniques_corps.pdf>.

MORAES, G. H.; ALBUQUERQUE, A. E. de M. As estatísticas da Educação Profissional: silêncios entre os números da formação de trabalhadores. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2019.

MORAES, Gustavo Henrique. Identidade de Escola Técnica vs. Vontade de Universidade: a formação da Identidade dos Institutos Federais. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

PASTRÉ, P. A análise do trabalho em Didática Profissional. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. [online]. 2017, vol. 98, n. 250, pp. 624-637. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbeped/v98n250/2176-6681-rbeped-98-250-624.pdf>>

ROSE, M. O saber no trabalho: valorização da inteligência do trabalhador. São Paulo: Senac, 2007.

SENNETT, Richard. O Artífice. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2013.

SIGAUT, F. Comment homo devient faber. Paris: CNRS Éditions, 2012.

SIGAUT, François. L'évolution technique des agricultures européennes avant l'époque industrielle. 1985. Disponível em: . Acesso em: 8 ago. 2018.

SIGAUT, François. Haudricourt et la technologie. Preface. In: HAUDRICOURT, A. G. La technologie de la science humaine: recherche d'histoire et d'ethnologie des techniques. Paris: Fondation de la Maison des Sciences de l'Homme, 1987. p. 1-30. Disponível em: . Acesso em: 8 ago. 2019.

SIGAUT, François. Techniques, technologies, apprentissage et plaisir au travail. Techniques & Culture, n. 52, p. 40-49, 2009. 2016.

VERGNAUD, Gérard; PASTRÉ, Pierre; MAYEN, Patrick. "La didactique professionnelle".

In: GRUBER, C.; ALLAIN, O.; WOLLINGER, P. Didática Profissional: princípios e referências para a Educação Profissional. Florianópolis: Publicações do IFSC, 2019.

VIEIRA PINTO, Álvaro. O conceito de tecnologia. v. 1 e 2. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

WENGER, E. Communities of practice: learning, meaning and identity. Cambridge, MA: Cambridge University, 1998.

WOLLINGER, Paulo. Educação em Tecnologia no Ensino Fundamental: Uma Abordagem Epistemológica. 2016. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

Legislação da Universidade Aberta do Brasil (UAB/Capes):

Portaria CAPES nº 102, de 10/05/2019 – Regulamenta o Art. 7º da Portaria CAPES nº 183, de 21 de outubro de 2016, que prevê a realização de processo seletivo com vistas à concessão das bolsas UAB criadas pela Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006. Disponível em <http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detallar?idAtoAdmElastic=1027#anchor>

Portaria CAPES n.º 218, de 24/09/2018 - Regulamenta as diretrizes de admissibilidade de novos polos, permanência e desligamento dos polos no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB. Disponível em: <http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detallar?idAtoAdmElastic=81#anchor>

Decreto 5.800, de 8 de junho de 2006 - Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/23-11-2017-decreto-n-5800-uab-pdf>

Portaria CAPES nº 183, de 21/10/2016 – Diretrizes para concessão e pagamento de bolsas do Sistema UAB. Disponível em: <http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detallar?idAtoAdmElastic=294#anchor>

Portaria CAPES nº 15, de 23 de janeiro de 2017 - Altera a Portaria nº 183, de 21 de outubro de 2016. Disponível em: <http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detallar?idAtoAdmElastic=261#anchor>

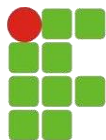
Instrução Normativa CAPES nº 2, 19/04/2017 – Procedimentos de pagamentos e parâmetros atinentes à concessão de bolsas do Sistema UAB. Disponível em: <http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detallar?idAtoAdmElastic=3#anchor>

ANEXO I Plano de Oferta de Vagas (2022)

Curso de Especialização - Docência EPT			
#	Polos	Endereço	Vagas
1	Balneário Pinhal	Rua São Gerônimo - 826	14
2	Cachoeira do Sul	Rua Júlio de Castilhos, 342, bairro Centro	14
3	Camargo	Rua Padre Stripulli, 459, Centro, Camargo	14
4	Cerro Largo	Rua José Inácio Schardong, N° 1017 - Vila Industrial- Cerro Largo-RS CEP: 97900-000	14
5	Constantina	Av. Amandio Araújo, 1125- centro- Constantina	14
6	Encantado	Rua Alegrete; Número 815; Bairro Lambari ; Encantado -RS	14
7	Faxinal do Soturno	Rua 7 de setembro, 790 (fundos)	14
8	Gramado	Rua Josias Martinho, 197. Bairro: Moura Gramado/RS	14
9	Hulha Negra	Avenida Getúlio Vargas s/n , Centro, Hulha Negra/RS	14
10	Mostardas	Av. Dr. Dinarte Silveira Martins, 330	14
11	Palmeira das Missões - Polo Associado (UFSM)	Av. Independência, 3751. CP: 131. Bairro Vista Alegre	14
12	Panambi	R. Herman Meier, 43 - Centro, Panambi - RS	14
13	Passo Fundo	Estrada Perimetral Leste, 150 Passo Fundo - RS	14
14	Picada Café	Rua das Azaleias, 638 - Centro - Picada Café	14
15	Pinheiro Machado	Rua Florentino Bueno, 743 - Centro - Pinheiro Machado	14
16	Piratini	Rua Humberto Machado da Silveira, 1177	14
17	Rosário do Sul	Av Rafael Gonçalves,1113 A.Bairro Centenário	14
18	Santa Vitória do Palmar	Rua General Osório, número 2347, Bairro Donatos, o CEP: 96230-000	14
19	Santiago	Rua Tio Virgílio, s/n - B. Carlos Humberto,Santiago - RS, CEP 97718-120	14
20	São Francisco de Paula	Rua Manuel Vicente Ferreira, 329 Centro, São Francisco de Paula	14
21	São João do Polêsine	Avenida São João, 1532 - São João do Polesine	14
22	São José do Norte	Rua Doze, número 101, Bairro Comendador Carlos Santos, Cidade São José do Norte.	14
23	São Sepé	Rua Coronel Verissimo, número 1177, Bairro Centro, São Sepé	14
24	Sapucaia do Sul	Rua Atalábio Trindade Figueiredo, nº 04, Bairro Paraíso - Sapucaia do Sul/RS	14
25	Sarandi	Avenida Santa Gema - S/N - Sarandi - RS	14
26	Seberi	Rua Avenida General Flores da Cunha, 113	14
27	Serafina Corrêa	Rua Minuano 135, Bairro Gramadinho, Serafina Corrêa CEP:99250-000	14
28	Sobradinho	Rua Honório Luiz Guerreiro, Sobradinho - RS	19
29	Tapejara	Linha Girardi / km03 Zona Rural -Tapejara RS CEP 99950000	14
30	Três de Maio	Av. Avaí, esquina com a rua Osvaldo Cruz, s/n, Bloco B, Centro, Cep.: 98910-000, Três de Maio/RS	14
31	Vila Flores	Armando Criveleto, 146, centro, Vila Flores, CEP 95334-000	14
Total de vagas			439

Anexo II - Plano de Oferta de Vagas (2024/2)

Curso de Especialização - Docência EPT Plano de Oferta de Vagas 2024			
#	Polos	Endereço	Vagas
1	Arroio dos Ratos	Av. João Pereira da Silva, 550. Centro. Arroio dos Ratos/RS CEP: 96740-000	20
2	Bagé	Rua Gomes Carneiro, 1455. Centro. Bagé/RS CEP 96400-130	20
3	Cacequi	Senador Salgado Filho s/nº Centro. Cacequi /RS CEP 97450-000	20
4	Camargo	Rua Padre Stripulli, 459. Centro. Camargo/RS CEP 99165-000	20
5	Constantina	Avenida Amandio Araujo, nº 1125. Centro. Constantina/RS - CEP: 99680-000	20
6	Cruz Alta	Rua Pinheiro Machado, nº 911. Centro, Cruz Alta / RS CEP: 97650-000	20
7	Herval	Rua José Maria D'Avila, 336. Herval/RS - CEP: 96.310- 000	20
8	Lajeado	Rua João Goulart, 2150. Bairro: Olarias, Lajeado - RS CEP: 95910-016	20
9	Nonoai	R. Oliveira Lima, 16. Nonoai – RS CEP: 99600-000	20
10	Panambi	Rua Hermann Mayer, 43. 2º andar. Panambi/RS CEP: 98.280-000	20
11	Passo Fundo	Estrada Perimetral Leste, 150 Passo Fundo - RS CEP: 99064440	20
12	Pinheiro Machado	Rua Florentino Bueno, 743. Centro, Pinheiro Machado/RS CEP: 96470-000	20
13	Piratini	Rua Humberto Machado da Silveira, 1177. Piratini/RS CEP: 96490-000	20
14	Santana do Livramento	Rua Barão do Triunfo nº 1048. Santana do Livramento/RS CEP: 97573- 590	20
15	Santiago	Rua Tio Virgílio, SN. Bairro: Carlos Humberto. Santiago/RS CEP: 97718-120	20
16	São Francisco de Paula	Rua Manoel Vicente Ferreira, 329. São Francisco de Paula/RS CEP: 95400-000	20
17	São João do Polêsine	Av. São João, 1532. São João do Polêsine/RS CEP: 97230-000	20
18	São José do Norte	Rua Fernando Duprat, 700 B. Cidade Alta, São José do Norte/RS CEP: 96225-000	20



19	São Sepé	Rua Cel. Veríssimo, nº 1177. Centro. São Sepé-RS CEP: 97340- 000	20
20	Sapiranga	Rua Padre Réus, nº 263. Sapiranga/RS CEP: 93800-000	20
21	Três de Maio	Rua Planalto – 1600. Bairro: Glória, Três de Maio/RS CEP: 98910-000	20
22	Venâncio Aires	Avenida das Indústrias, 1865. Bairro Universitário, Venâncio Aires/RS CEP: 95.800-000	20
Total			420

Documento Digitalizado Público

PPC - Com as alterações solicitadas

Assunto: PPC - Com as alterações solicitadas
Assinado por: Joao Brezolin
Tipo do Documento: Documento
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Documento Original

Documento assinado eletronicamente por:
■ **Joao Mario Lopes Brezolin, CHEFE DE DEPARTAMENTO - CD0004 - PF-DEPEX**, em 06/12/2024 16:49:40.

Este documento foi armazenado no SUAP em 06/12/2024. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifsul.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 778730
Código de Autenticação: 8f62b70205



Documento Digitalizado Público

PPC

Assunto: PPC
Assinado por: -
Tipo do Documento: ANEXO
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Cópia Simples